



DIÁRIO

República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XLII — Nº 32

QUINTA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 1987

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 31ª SESSÃO, EM 3 DE JUNHO DE 1987

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Requerimento

Nº 83/87, do Senador Virgílio Távora, de desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 353/85, de autoria do Senador Nivaldo Machado, que isenta do Imposto de Renda os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e dá outras providências, feita a reconstituição do processo, se necessário.

1.2.2 — Comunicação da Liderança do PMDB no Senado Federal

Referente à indicação do Senador Nelson Wedekin para integrar o colégio de vice-líderes do partido.

1.2.3 — Requerimento

Nº 84/87, do Senador Maurício Corrêa, de informações ao Governador do Distrito Federal, através do Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

1.2.4 — Questão de Ordem

Do Senador Itamar Franco, solicitando a inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 64/87, de sua autoria.

1.2.5 — Discursos do Expediente

SENADOR VIRGÍLIO TÁVORA, como Líder do PDS — Críticas à atuação do INCRA no Ceará.

SENADOR JAMIL HADDAD, como Líder do PSB — Centenário de nascimento do Prof. La Fayette Côrtes. Editorial do jornal **O Globo**, assinado pelo Sr. Mário Henrique Simonsen, criticando a atuação dos constituintes. Denúncia de revista norte-americana de que dólares do **iragate** teriam sido usados para a eleição de constituintes no Brasil.

1.2.6 — Comunicação da Presidência

Determinando a inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 64/87, em atendimento à solicitação do Senador Itamar Franco.

1.3 — ORDEM DO DIA

1.3.1 — Requerimento

Nº 85/87, de autoria do Senador José Fogaça, solicitando a inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item 1 seja submetida ao Plenário em sétimo lugar. **Aprovado**, após usar da palavra o Senador Alexandre Costa.

1.3.2 — Ordem do Dia (continuação)

Mensagem nº 337/86 (nº 468/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado de Rondônia a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 150.000,00 OTN, para os fins que especifica. **Discussão encerrada** e votação adiada por falta de quorum, do Projeto de Resolução nº 56/87, apresentado pelo Senador Ronaldo Aragão em parecer proferido nesta data.

Mensagem nº 439/86 (nº 606/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 15.455,00 OTN. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Mensagem nº 491/86 (nº 698/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Capanema, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cz\$ 4.256.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil cruzados). **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Mensagem nº 515/86 (nº 760/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Anastácio, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 9.117, 74 OTN. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Ofício S/9 (nº 230/87, na origem), relativo à proposta para que seja retificada a Resolução nº 335/86, que autorizou a Prefeitura Municipal de Umuarama, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor correspondente a 502.056 UPC. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

Projeto de Resolução nº 42/87, que autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a ratificar a alienação de terras de que trata o Processo Incra/RE Corumbá nº 763/75, de interesse do Senhor Horácio Sabino Coimbra. **Votação adiada por falta de quorum.**

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 33/87 (nº 828/86, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Jayme Villa-Lobos, Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Gabonesa. **Discussão adiada por falta de quorum.**

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 51/87 (nº 61/87, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Moacyr Moreira Martins Ferreira, Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Coreia. **Discussão adiada por falta de quorum.**

EXPEDIENTE
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

PASSOS PÔRTO
Diretor-Geral do Senado Federal
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor Executivo
LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Administrativo
JOSECLER GOMES MOREIRA
Diretor Industrial
LINDOMAR PEREIRA DA SILVA
Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral	Cz\$ 264,00
Despesa c/ postagem	Cz\$ 66,00
(Via Terrestre)	
TOTAL	330,00
Exemplar Avulso	Cz\$ 2,00
Tiragem: 2.200 exemplares.	

1.3.1 — Discursos após a Ordem do Dia
SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO — Seca no Estado do Ceará.
SENADOR RAIMUNDO LIRA — Seca no Estado da Paraíba.
SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Centenário de nascimento do Prof. Fernando José de São Paulo.
1.3.2 — Designação da Ordem do Dia da próxima sessão

1.4 — ENCERRAMENTO
2 — DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR
— Do Sr. Senador Virgílio Távora, proferido na sessão de 1º-6-87.
3 — ATOS DO PRESIDENTE
Nº 140 a 144, de 1987.
4 — PORTARIA DO 1º-SECRETÁRIO
Nº 14, de 1987.

5 — PORTARIA DO DIRETOR-GERAL
Nº 18, de 1987.
6 — MESA DIRETORA
7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDO
8 — COMPOSIÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

Ata da 31ª Sessão, em 3 de junho de 1987

1ª Sessão Legislativa Ordinária, da 48ª Legislatura

— EXTRAORDINÁRIA —

Presidência dos Srs. Humberto Lucena, Dirceu Carneiro e Francisco Rollemberg

ÀS 18 HORAS E 54 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Aluizio Bezerra — Nabof Júnior — Leopoldo Peres — Carlos De'Carli — Odacir Soares — Ronaldo Aragão — Olavo Pires — Almir Gabriel — Jarbas Passarinho — João Castelo — Alexandre Costa — Edison Lobão — João Lobo — Chagas Rodrigues — Hugo Napoleão — Virgílio Távora — Cid Sabóia de Carvalho — Mauro Benevides — Carlos Alberto — José Agripino — Lavosier Maia — Marcondes Gadelha — Humberto Lucena — Raimundo Lira — Marco Maciel — Antonio Farias — Mansueto de Lavor — Guilherme Palmeira — Divaldo Suruagy — Teotônio Vilela Filho — Albano Franco — Francisco Rollemberg — Lourival Baptista — Jutahy Magalhães — Ruy Baçelar — José Ignácio Ferreira — João Calmon — Jamil Haddad — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Ronan Tito — Severo Gomes — Fernando Henrique Cardoso — Mário Cova — Mauro Borges — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Pompeu de Sousa — Mau-

ricio Corrêa — Meira Filho — Roberto Campos — Louremberg Nunes Rocha — Rachid Saldanha Derzi — Wilson Martins — Leite Chaves — Afonso Camargo — José Richa — Dirceu Carneiro — Nelson Wedekin — Carlos Chiarelli — José Paulo Bisol — José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 83, de 1987

Nos termos do disposto no art. 367 do Regimento Interno, requero o desarquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 353, de 1985, de

autoria do Senador Nivaldo Machado, que isenta do Imposto de Renda os ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e dá outras providências, feita a reconstituição do processo, se necessário.

Sala das Sessões, 3 de junho de 1987. — **Virgílio Távora.**

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Este requerimento será publicado e incluído na Ordem do Dia, nos termos do disposto no art. 279, item II, alínea c, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

Ofício nº 38/87 Brasília, 2 de junho de 1987

Exmo. Sr.
Senador **HUMBERTO LUCENA**
DD. Presidente do Senado Federal.

Senhor Presidente,
Em atendimento ao disposto no § 2º do art. 64 do Regimento Interno, tenho a honra de indicar

o Senador Nelson Wedekin para integrar o Colégio de Vice-Líderes do Partido do Movimento Democrático Brasileiro no Senado Federal, mantidas as indicações anteriores e ressaltando o direito de indicações futuras e complementares.

Aproveito o ensejo para reiterar a V. Exª meus protestos de apreço e admiração. — **Fernando Henrique Cardoso**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento de informações que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 84, de 1987

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal,

Na forma da letra c do parágrafo único do art. 30, combinado com o inciso V do art. 42, ambos da Constituição Federal, e, mais, a letra a do inciso I do art. 239 do Regimento Interno do Senado Federal, solicito a Vossa Excelência o envio, ao Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, de requerimento ao Governador do Distrito Federal, Dr. José Aparecido de Oliveira, solicitando as seguintes informações:

1) Após assumir o governo do Distrito Federal, quantas vezes o Dr. José Aparecido de Oliveira se ausentou da capital da República?

2) Dessas ausências, quantas foram em caráter oficial?

3) Das viagens oficiais, quantas foram ao exterior, quais países visitou, qual a programação cumprida, em cada um deles, e quais os resultados obtidos?

4) Para essas viagens ao exterior, quantas e quais pessoas integraram a comitiva do Governador, e qual o custo de cada viagem?

Justificação

1) Por mais de uma vez, no plenário do Senado ou na Comissão do Distrito Federal, temos manifestado nosso desagrado com as viagens do Governador José Aparecido de Oliveira.

2) Sem dúvida, nenhum Chefe de Poder Executivo das unidades da Federação viaja com tanta frequência e por tanto tempo quanto o titular do Executivo do Distrito Federal.

3) A falta de representação política da população do Distrito Federal, desde a sua fundação até a posse dos membros da Assembleia Nacional Constituinte, facilitou uma prática bastante condenável da parte dos governadores da capital da República, qual seja a de ignorar o Senado Federal quanto à sua competência fiscalizadora.

4) Nesse particular, aliás, ninguém igualou-se ao Dr. José Aparecido de Oliveira. O atual governador, político experiente que é, sabe, como poucos, aproveitar as lacunas da lei, ainda que seja para ferir os mandamentos consuetudinários que devem prevalecer quando a legislação é omissa, mormente em se tratando da gestão da coisa pública.

5) Ora, o Brasil é uma Federação e a Constituição preceitua como competência do Congresso Nacional a autorização para o Presidente e o vice-Presidente da República se ausentarem do País. As constituições de todos os Estados, por sua vez, adotaram o princípio e cabe às Assembleias Legislativas autorizarem os governadores a empreenderem viagens ao exterior. Não tendo, como ainda não tem, o Distrito Federal a sua autonomia política, e ante a lacuna existente na Constituição Federal, ficam os governadores do Distrito Federal, como está o atual, livres da exigência relativa à autorização para as viagens ao exterior.

6) Acontece, porém, que é competência exclusiva do Senado, segundo o § 1º do art. 17 da Constituição Federal:

"...discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal".

E é, ainda, a Constituição Federal, no inciso V do art. 42, que preceitua ser competência do Senado Federal:

"...legislar para o Distrito Federal (...) e nele exercer a fiscalização financeira e orçamentária, com o auxílio do respectivo Tribunal de Contas."

7) Dessa forma, ainda que o governador do Distrito Federal não necessite de autorização para viajar ao exterior, compete ao Senado Federal exercer sobre seus atos a ação fiscalizadora que a Constituição Federal determina expressamente.

8) Não fosse isso bastante, é de nossa autoria um projeto de resolução que tramita na Casa e cujo objetivo é suprir a lacuna constitucional ao estabelecer, analogamente ao Presidente e Vice-Presidente da República além dos governadores de Estado, exigências para que o governador do Distrito Federal se ausente do País.

Pelo exposto, Senhor Presidente, peço a Vossa Excelência que, na forma do disposto nos incisos VI e VII, do art. 239, do Regimento Interno do Senado Federal, receba o presente requerimento e o encaminhe para a deliberação do Plenário.

Atenciosamente,

Brasília, 3 de junho de 1987. — **Maurício Corrêa**.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — O requerimento que acaba de ser lido será publicado e incluído, em Ordem do Dia, de acordo com o art. 239, item VI do Regimento Interno.

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco, pela ordem.

O SR. ITAMAR FRANCO (PL — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente: De acordo com o Regimento, eu queria solicitar de V. Exª a seguinte informação: no dia 11 de maio, o Senador Jamil Haddad e eu apresentamos um requerimento, que deveria ser dirigido ao Poder Executivo, através da Casa Civil, com

algumas informações relativas à Ferrovia do Aço, e até hoje, não entrou na Ordem do Dia.

Eu gostaria, portanto, de saber da Presidência qual a razão, o motivo que leva à Mesa a preterir um requerimento apresentado desde o dia 11 de maio?

É a solicitação que faço a V. Exª neste instante.

O requerimento, para facilitar a V. Exª, tomou o nº 64, de 1987, como eu disse, apresentado pelo Senador Jamil Haddad e por mim, no dia 11 de maio de 1987.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Senador Itamar Franco, a Presidência irá diligenciar sobre a questão e, oportunamente, informará a V. Exª como estão sendo encaminhados estes assuntos, levantados por V. Exª.

O SR. ITAMAR FRANCO — Sr. Presidente, agradeço, porque é um requerimento de maior importância, já que este Governo que aí está se tem especializado em ferrovias, e as informações atinentes à Ferrovia do Aço interessam, sobretudo, ao representante de Minas Gerais, nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Virgílio Távora, que falará como Líder do PDS.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

São tantos os assuntos hoje a percutir que tivemos de fazer uma triagem dos mesmos, alinhando-os pela sua urgência. Número 1; para estarrecimento desta Casa, vamos ler telex que recebemos da Federação do Comércio, Indústria e Agropecuária do Ceará — FACIC, que bem mostra que alguma coisa parece que não está certa sob os céus do Brasil e, principalmente, sob o manto da NR.

Eis o texto:

Exmº Sr.
Senador Virgílio Távora
Senado Federal
Brasília-DF

Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Ceará — FACIC — vem denunciar a V. Exª agitação vem sendo promovida pelo INCRA neste Estado, sob direção de seu superintendente Francisco Edson Teófilo Filho, que está intranquilizando meio rural deslocando levas de funcionários com grandes dispêndios para realizar vistorias em fazendas, para fins de desapropriação, no momento em que atravessamos seca devastadora que destruiu quase toda produção agrícola e sérias dificuldades para os rebanhos bovinos, em virtude da precariedade das pastagens. Quando funcionários do INCRA visitam as fazendas, no interior, encontram os proprietários oferecendo trabalho a seus moradores, para lhes garantir a sobrevivência e aliviar tensões sociais, mas com essa presença constrangedora, suspendem os serviços, passam a vender o gado para corte, deixando os rurícolas sem emprego e, pois, sem meios de subsistência. A atuação dos técnicos do INCRA é revoltante e tem como objetivo especialmente desestabilizar o que ainda resta de atividade agropecuária, sob uma estageme inclemente, envolvendo inclusive empresas agrícolas, com projetos na Sudene e IBDF, como

os cronogramas cumpridos, as quais estão sendo vistoriadas, para fins de reforma agrária, apesar da existência de parecer da procuradoria jurídica da Sudene, excluindo-as de desapropriação. Nesta conjuntura, sob os efeitos de uma seca destruidora, não há propriedade rural em condições de apresentar os parâmetros normais de produtividade, que permitirá sua desclassificação de empresa rural para latifúndio em exploração sujeito a desapropriação. Queremos acentuar que, em nosso Estado, já foram desapropriadas várias fazendas produtivas, contra o voto minoritário de representação patronal na Comissão de Reforma Agrária e até o presente não fez nenhum assento de famílias camponesas nas áreas desapropriadas, pois esta não é a intenção do INCRA e sim implantar insegurança e a discórdia entre empregados e empregadores, fomentando a luta de classe, contrária à execução de uma reforma agrária sensata, baseada no Estatuto da Terra que estabeleceu normas para a modificação do regime fundiário no País. Esperamos que V. Exª tome providências para impedir ação agitadora do INCRA no campo que está agravando calamidade seca. Respeitosas saudações. Federação das Associações do Comércio, Indústria e Agropecuária do Ceará — FACIC. João Luiz Ramalho de Oliveira Presidente em Exercício.

Fortaleza, 2 de junho de 1987.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, quem é o signatário deste telex? Um dos membros mais ilustres do PMDB cearense, que se dirige a um Senador do PDS, porque, acima das paixões e interesses partidários, está colocado aquilo que é maior: o desespero do Ceará, da terra comum.

O Sr. Leite Chaves — Permite V. Exª um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Com prazer, nobre Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves — V. Exª leu este longo telegrama de correligionário seu, que dá conhecimento de que o Incra...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Eminentíssimo Senador, são contrerrêneos; mas correligionários, não! Anticorreligionários.

O Sr. Leite Chaves — Certos, contrerrêneos. O telegrama dá notícia de que o Incra estaria fazendo subversão por visitar algumas fazendas no Ceará.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — E desapropriando. V. Exª talvez não tenha prestado atenção. O Incra está desapropriando, e não assentando na terra ninguém, numa época em que estamos debaixo de uma seca causticante!

O Sr. Leite Chaves — Então, V. Exª diz que a Sudene é contrária à desapropriação.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Perdão, o que o telegrama diz é que a Sudene é contrária à desapropriação — e não podia deixar de sê-lo, está no Estatuto da Terra — daquelas unidades produtivas que têm projetos por ela financiados. E tanto ela age bem que até o dia de hoje — desafiando contestação — desapropriadas todas essas terras — e aqui o Senador é absolutamente insuspeito, porque não tem um palmo de terra no Ceará nem em lugar nenhum — não foi feito o assentamento de ninguém.

O Sr. Leite Chaves — Apenas esclareço, porque a sua leitura não nos chegou com muita clareza. A realidade é que os funcionários do Incra estão no exercício regular do seu direito e do seu dever de fiscalizar. O fenômeno seca não impede, absolutamente, o estudo de situações como esta para informação do Governo. V. Exª diz que não é um grande latifundiário, mas representa realmente os privilegiados interesses do Nordeste. Os seus eleitores são os grandes fazendeiros do Ceará, os grandes latifundiários — V. Exª não nega isto.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Por castigo, esse paraibano travestido de paranaense, ouça: Qual foi a vez que o PDS, a Arena, ganhou disparado em Fortaleza? Quando nos candidatamos em 1970 a Senador.

O Sr. Leite Chaves — V. Exª me permita terminar. V. Exª sabe da minha estima. Realmente não é crime ser proprietário rural. O condenável é ser contra a reforma agrária. Quando aqui cheguei, em 1975, dei um aparte que ainda é vivido e presente. Sou nordestino como V. Exª Vivo no Paraná, é o meu Estado, mas tenho conhecimento, desde a infância, de que não há homem que possa comprar uma fazenda...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Se esqueceu há muito tempo...

O Sr. Leite Chaves — Ouça V. Exª No Sul do País, qualquer homem é capaz de vender uma fazenda, desde que a oferta lhe seja favorável. No Nordeste ninguém compra uma usina, engenho ou fazenda, porque aquilo é instrumento de domínio. Uma vez, defendi aqui e a Casa...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Instrumento de quê?

O Sr. Leite Chaves — Instrumento de domínio.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Caro Colega, parece-me que V. Exª deixou o Nordeste há muitíssimo tempo. O paraibano travestido de paranaense não está bem-informado...

O Sr. Leite Chaves — Nasquelas fazendas tradicionais, o pavor de determinados fazendeiros não é que possam perder a terra — perder não, porque recebem dinheiro e, aliás, são muitas vezes compensados —, o medo não é perder a terra, mas perder a possibilidade de explorar o seu semelhante — este é o receio. Cheguei à conclusão de que o problema de muitos não é perder a terra que têm, mas a possibilidade da exploração humana. No Nordeste, digo a V. Exª, quando defendíamos aqui a orientação da derivação das populações para o Oeste do País, onde há chuva regular, onde não há seca, apenas para diminuir o problema social, os fazendeiros nordestinos se levantaram, porque eles querem mão-de-obra escrava e porque muitos políticos querem eleitor fácil no Nordeste. Então, é um problema terrível. Conheço, melhor do que ninguém, aquela situação. De forma que o telegrama de V. Exª não me impressiona, porque dá conta apenas do desespero de fazendeiros que querem colocar em situação comprometedoras fiscais do Incra que estão no exercício regular da profissão, examinando, fazendo levantamentos, inclusive para informar o Governo Federal.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Como dissemos, V. Exª deixou o Nordeste e dele se esqueceu muito rapidamente. Esta visão paranaense — não vamos ofender os paranaenses por terem visão igual à de V. Exª — não honra a quem saiu do Nordeste. Somos uma terra pobre e nos orgulhamos disto, Senador.

Lá, a agricultura não é rica como na sua terra adotiva. Ao contrário, há o ditado que "fazer agricultura no Nordeste, antigamente, era empobrecer alegremente"; "hoje é empobrecer rudemente".

Não, Sr. Senador! O que temos em face da atuação facciosa, demolidora do representante do Incra no Ceará, — isto é dito acima dos partidos políticos — o que nós temos patente à nossa frente é o desejo incontrolável do Incra de fazer com que seja desorganizada a agricultura naquele Estado tão pobre; mais ainda, vamos discutir: admitamos que fosse uma ação construtiva — e desafio —, qual a família que o Incra, até o dia de hoje, assentou no Ceará? O que está fazendo? Desapropria, como desapropriou em Canindé, terra em que seus correligionários foram altamente majoritários e V. Exª não pode dizer que não tenham interesse lá.

O que houve lá? O que houve foi justamente a expulsão dos fazendeiros, a desapropriação. E aquelas terras, que produziam alguma coisa, hoje não produzem coisa nenhuma.

Nós somos a favor de reforma agrária, mas reforma agrária levada a sério, não como estamos vendo hoje, apenas como instrumento de retaliação por parte daqueles que, momentaneamente, estão com o uso do poder.

Isso é que não pode ser feito, desorganizar a produção rural.

E, se estamos falando sobre este assunto é porque justamente, no dia de hoje muda o responsável pelos destinos do MIRAD e assume uma pessoa do nordeste, que, embora tenha convicções ideológicas diferentes das nossas, sabe perfeitamente o que é o sacrifício nordestino, não desconhece qual o nosso drama. Embora já esteja estes anos aqui no Sul, ele ao contrário de V. Exª não se esqueceu daquilo que viu em sua infância.

O Sr. Leite Chaves — Permite V. Exª um aparte?

O Sr. José Fogaça — Permite V. Exª um aparte?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Concedo o aparte a V. Exª

O Sr. Leite Chaves — Sr. Senador, a agricultura do Nordeste repousa, mais do que a do resto do País, sobre os ombros de trabalhadores famintos e explorados. E quero dar-lhe um depoimento: quando fomos ao Ceará — e V. Exª esteve em nossa companhia — o que nos impressionou foi um processo de reforma agrária mediante irrigação do rio Curu, perto de Fortaleza. Veja V. Exª, um oásis no Ceará, pessoas com 5 hectares de terra, produzindo para viver bem. E havia áreas estéreis, que o Governo não conseguia desapropriar, devido à reação terrível dos seus proprietários, que, ao longo dos anos, mantêm-nas sob seu domínio, apenas para fins de especulação, para mostrar importância para, digamos, exercer importância, inclusive, sobre o Governo e sobre a população nordestina. De forma que, quando

V. Ex^a diz tudo isto, quero lembrar que conheço quanto o meu povo é explorado lá, inclusive os homens que trabalham, porque V. Ex^a pensa que o nordestino é o fazendeiro, mas, e aqueles que trabalham para estes por gerações inteiras, que são mais escravos ainda do que os que existiram até 1888? Então, a situação é insuportável, isso o mundo todo diz. Se V. Ex^a passar em outro país e voltar ao Nordeste, ponha de lado o fazendeiro ou o usineiro. V. Ex^a deve ater-se à situação do trabalhador rural que não existe para fim nenhum, mas, no instante em que se lhe quer dar uma oportunidade, aí se fala: não, precisa de trator, de televisão, de geladeira. Para ele ser um serviçal da terra, um êmulo da terra, para deter o domínio em nome do proprietário, ele serve, mas quando se quer lhe dar uma oportunidade, aí, então, a reação é essa. Mesmo agora, os grandes latifundiários do País, integrantes da UDR, uniram-se para eliminar o trabalho rural na Constituição.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Terminou seu longo discurso?

O Sr. Leite Chaves — Não é um discurso, Ex^a, apenas um modesto aparte, mas sem perda do respeito e estima a V. Ex^a

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Muito bem.

Eminente Líder Fogaça desculpe-nos, porque não tinha visto que V. Ex^a havia pedido aparte antes desse substancioso e muito discutível aparte de S. Ex^a, o representante do Paraná. Com prazer ouço V. Ex^a

O Sr. José Fogaça — Nobre Senador Virgílio Távora, não me vou reportar ao caso específico trazido por V. Ex^a, porque V. Ex^a está provido das informações que nós, infelizmente, não temos. Vou discutir, em tese, a questão do papel do Incra, ao qual V. Ex^a critica tão acerbamente no seu pronunciamento.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Não, perdão. O Incra do Ceará é, particularmente, o seu Superintendente, lá colocado justamente para desorganizar a produção agrícola.

O Sr. José Fogaça — Sabe V. Ex^a que esta tem sido a realidade do Projeto de Reforma Agrária do Governo. V. Ex^a reclama de que não houve nenhum assentamento no Ceará.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Não reclamamos. Apresentamos um fato.

O Sr. José Fogaça — Esta é uma triste realidade. Estou apartando para concordar com V. Ex^a

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — V. Ex^a só nos permita dizer uma coisa.

O Sr. José Fogaça — Estou concordando.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Porque não se faz a desapropriação, digamos, de 1/3 do que realizado e se distribuem todos os recursos necessários, tudo naquele terço, e vamos ver essa reforma ir adiante? Mas, não! O que está havendo é outra coisa. V. Ex^as estão aqui, estamos nós falando do interior cearense.

O Sr. José Fogaça — O problema que V. Ex^a traz a esta Casa não é novo, não é inédito e, digo, não é um problema só do Ceará. Casos, talvez não iguais, mas bastante semelhantes a

este, têm ocorrido em outros Estados. É exatamente este problema que se dá entre a desapropriação e o assentamento. V. Ex^a sabe que os nossos mecanismos judiciais são muito morosos, dificultam extremamente os processos. V. Ex^a sabe que entre os atos de desapropriação do Governo e o ato do assentamento há um oceano judiciário de dificuldades, as terras são desapropriadas, mas fica-se, anos e anos, na Justiça, tentando provar a arguição em contrário dos proprietários. Isso está ocorrendo no Rio Grande do Sul. Da mesma forma as desapropriações foram feitas e os assentamentos ainda não conseguiram efetivar-se. E o Incra...

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — V. Ex^a permite interromper o seu aparte para, talvez, enriquecê-lo?

O Sr. José Fogaça — ... tem sido responsabilizado. O problema não é a extensão das terras desapropriadas. É muito mais a falta de agilidade, a morosidade, a lentidão do processo de desapropriação que antecede o assentamento. Não quero fazer aqui qualquer referência ao caso específico, porque não conheço as razões e os detalhes. Fico pensando que os fatos de que V. Ex^a dá conhecimento acontecem em outros lugares deste País, em lugares tão longínquos do Ceará que, embora nostálgicos da beleza da sua terra, o Rio Grande do Sul também tem essa reclamação por parte dos proprietários, que suas terras foram desapropriadas irresponsavelmente e não houve o assentamento. No entanto, esses mesmos proprietários estão obstaculizando, na justiça, a efetivação, quer dizer, a complementação do processo desapropriativo. Não quero tratar do caso específico, mas o Incra tem sido chamado de irresponsável no Brasil inteiro, quando vemos que, muitas vezes, os responsáveis, os funcionários do Incra, cumprem o seu papel, que é o de indicar, através da pesquisa e do laudo pericial, as áreas passíveis de desapropriação. O problema que vem a seguir está acima, transcende a própria responsabilidade do Incra, e fica, muitas das vezes, na esfera do Poder Judiciário. Apenas queria prestar este esclarecimento a V. Ex^a

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Nós agradecemos ao eminente Líder do PMDB o esclarecimento. Mas, vamos dizer...

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Comunico ao nobre Orador que o seu tempo está esgotado.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Sr. Presidente, um pouquinho de paciência, como temos tido para ouvir tantas coisas aqui de menos relevância. Pois bem, queremos dizer ao Ilustre Líder do PMDB que seu correligionário do Ceará retrata uma situação diferente. É que o Brasil é tão diferente... Lá a Justiça...

O Sr. José Fogaça — Tenho também ouvido reclamações de correligionários do meu Partido no Rio Grande do Sul.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — A justiça no Ceará tem invariavelmente — gostaria que aqui fosse bem constatado — invariavelmente, repetimos, por razões que não vamos aqui discutir, resolvido esses casos de desapropriações o mais rápido possível, e desafio que alguém nos mostre

— estamos aqui com um ilustre representante do Ceará, estávamos lendo um telegrama de um seu correligionário, Sr. João Hudson Saraiva — desafiando —, e está aí um que pode servir de testemunha — se o INCRA, tendo a Justiça já dado dezenas de sentenças favoráveis à situação de sem-terras, portanto, constituindo *fait accompli*, ele tenha feito assentamento de um colono se quer. V. Ex^a conhece? Acho muito difícil que V. Ex^a vá dizer que conhece!

Pois bem, vamos fazer reforma agrária. Em lugar de ter desapropriado essa imensidão de fazendas no Ceará, que desapropriar 4, 5, 6, 10, de acordo com o orçamento de que disponha, mas desapropriar, assente, dê assistência técnica, dê assistência financeira, e deixe as terras produtivas que lá são poucas, aquelas fazendas que estão produzindo, que estão sustentando nossa frágil economia e não desorganize completamente a sua estrutura, a de um Estado já tão sofrido pelas secas.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a pela generosidade, quanto a ultrapassar o orador o tempo a ele destinado, e sobre este assunto: Sobre vários outros que temos aqui na pasta, de nºs 1, 2 e 3, na próxima sessão nos manifestaremos.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Dirceu Carneiro) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jamil Haddad, como Líder do PSB.

O SR. JAMIL HADDAD (PSB — RJ. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia 5 próximo, tem início, no Rio de Janeiro, uma série de comemorações em torno do centenário de nascimento do Professor La Fayette Côrtes, a quem tanto deve a causa do ensino em nosso País.

Não há carioca que desconheça as tradições do Instituto La Fayette, estabelecimento modelar, que se dividia por três casas, no bairro da Tijuca. Pelas suas salas passaram gerações de alunos, muitos dos quais honraram os ensinamentos dos dedicados mestres que ali pontificavam.

Era um orgulho dos jovens pertencer àquela comunidade, onde, a par da seriedade e da disciplina, reinavam a confraternização e a aplicação aos estudos. Tudo ali funcionava à hora, em ordem, como se fosse uma orquestra afinada, tendo a regê-la a batuta sábia e patriótica do Professor La Fayette Côrtes.

Tive a ventura, nos idos de minha mocidade, de fazer parte da estudantada naquele colégio e, um dia, prefeito da cidade do Rio de Janeiro, participei, com todo o esforço, da luta para a preservação de um prédio que simbolizava a grandeza de todo esse passado.

Sua Eminência, o Arcebispo Dom Helder Câmara, celebrará, sexta-feira, na Capela Eclesiástica da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, missa comemorativa do centenário referido.

Lembro-me bem, Sr. Presidente, de que na década de 50 foi criada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto La Fayette. Ela veio a ser encampada pela Prefeitura do então Distrito Federal, que a transformou na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal, de cujo complexo também participavam a Faculdade de Direito, no Catete, a de Ciências

Médicas, em São Cristóvão, e a de Economia, na Avenida Mem de Sá.

Com o advento do Estado da Guanabara, em 1960, essa universidade transformou-se na UEG, e teve lugar, então, a criação do seu Colégio de Aplicação, correspondendo ao antigo Instituto La Fayette, colégio esse que não demorou em se impor ao respeito geral.

No Governo do Embaixador Negrão de Lima, a Universidade ganhou o seu campus no Maracanã, sob o influxo da reitoria do Ministro João Lyra. E hoje aquela árvore frondosa do Instituto La Fayette continua viva, produzindo frutos sazonados, sob o nome de Faculdade de Educação, reunindo os seus institutos específicos.

Estas palavras, Sr. Presidente, eu as quero deixar nos Anais da Casa, não só como homenagem ao eminente e saudoso educador La Fayette Côrtes, mas também como uma lembrança a todos da importância da educação, nesta hora em que o Congresso elabora a nova Constituição.

Sr. Presidente, também deixo consignada a minha repulsa ao editorial de primeira página do **O Globo**, publicado hoje, assinado pelo Sr. Mário Henrique Simonsen.

Sr. Presidente, com que sem-cerimônia, com que falta mesmo de nacionalidade o vice-presidente do CITICORP, o maior credor do Brasil em termos da dívida externa, resolve atentar contra os Constituintes progressistas com assento nesta Casa. S. S. chega a declarar que estamos querendo, ao elaborar a Constituição, levar este País à falência. Pergunto eu, quem levou o País a esta situação em que nos encontramos? Foram justamente os Srs. Roberto Campos, Mário Henrique Simonsen, Delfim Netto e seus apaniguados. Não cabe à esquerda brasileira, em momento algum, culpa alguma sobre o estado de falência em que nos encontramos neste momento, e quero deixar bem claro que não admito repreensão nem puxão de orelha do Sr. Mário Simonsen, que só se beneficia, na realidade, do estado de falência e miséria da população brasileira.

O Sr. Chagas Rodrigues — Permite V. Ex. um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Com a maior satisfação, nobre Senador Chagas Rodrigues.

O Sr. Chagas Rodrigues — Nobre Senador Jamil Haddad, não tive oportunidade de ler ainda esse editorial, artigo ou declaração a que V. Ex. se refere mas, posso dizer a V. Ex., pela sua honradez, pelo seu espírito patriótico e democrático, que estou de pleno acordo com o que o nobre colega está dizendo. O Sr. Mário Henrique Simonsen não tem autoridade alguma, ele que vá para os Estados Unidos defender a corporação a que serve. Já é tempo de defendermos os nossos interesses e repelir, com energia, esses advogados de grupos econômico-financeiros internacionais apátridas, ligados ao imperialismo, às multinacionais, que pensam que este País deverá ser eternamente quintal e área de exploração. V. Ex. tem a minha solidariedade e — acredito — a de toso os democratas e patriotas deste País. E as esquerdas, sejam as radicais, as moderadas, não podem ser responsabilizadas por nada, porque este País, até hoje, não teve Governo de esquerda. De modo que a responsabilidade tem que ser dos homens de centro, que quase sempre se dizem do centro,

mas são da direita, porque têm vergonha de se dizerem de direita. V. Ex. tem a minha solidariedade. Nós, do velho grupo Parlamentar Nacionalista, desde a velha Câmara, lá quando tínhamos como Presidente Ranieri Mazzilli, homem insuspeito, nós continuamos a defender os interesses nacionais e repelimos com energia esses que não servem ao Brasil, porque servem, sim, a grupos econômico-financeiros internacionais.

O SR. JAMIL HADDAD — Nobre Senador Chagas Rodrigues, o aparte de V. Ex. só faz, na realidade, engrandecer esta fala momentânea, fala de revolta, que me traz aqui.

Não disse o Sr. Mário Henrique Simonsen que os seus apaniguados, os elementos ligados a essa cúpula que deixou o País neste estado de miséria, numa das Subcomissões, propõe, inclusive, o extermínio do monopólio estatal do petróleo, que representou uma luta de gerações, da nossa geração, e que é, hoje, não temos dúvida, uma grande bandeira neste País, a PETROBRAS. Depois, nós é que queremos levar este País à miséria! Temos propostas progressistas para dar condições à população sofrida, à população que vê, consternada, uma criança morrer de inanição no Nordeste, de 45 em 45 segundos, índice que só fica abaixo da Índia. E S. Ex. jocosamente, diz que é o trem-bala que vai de "Banglabânia", querendo juntar Bangladesh com Albânia. Inclusive, é um espírito muito jocoso. Dizem que é um grande tenor, então que vá cantar em Nova Iorque, na sede do Citicorp, e que vá tratar dos seus interesses, porque nós brasileiros sabemos muito bem o que queremos.

O Sr. Leite Chaves — Senador, V. Ex. permite um aparte?

O SR. JAMIL HADDAD — Com a maior satisfação, nobre Senador Leite Chaves.

O Sr. Leite Chaves — Li, também, à guisa de editorial, o artigo assinado pelo Sr. Simonsen, na primeira página de **O Globo**, aquilo impressiona culturas inferiores subalternas. Se o Presidente Sarney dissesse que, a qualquer custo, ainda que com o sangue das crianças nacionais, haveria de pagar o débito, o Sr. Simonsen inescusavelmente haveria de dizer que o Presidente Sarney seria um estadista. E o que é vergonhoso neste País é que, ontem, os malabaristas que enganaram esta Nação agora querem voltar de salvadores. Conhecemos a história dele e de outros, instruídos, inclusive, com bolsas de estudo, no passado, para aprender essa velha linguagem, esse velho jargão economista, para defender esses enquistados interesses, esses interesses condenáveis. Sabemos a serviço de que causa eles estão. Ele é o quê? Um integrante do Cipicorp, quer dizer, do Citibank, da sua diretoria, e está a serviço dessa defesa. Está recebendo para quê? Inclusive tem imprensa neste sentido. Como disse a V. Ex., nenhum jornal do País publicará nada sobre qualquer discurso que justifique a posição do Brasil sobre a moratória, porque todos estão comprometidos com teses exatamente contrárias. Então, se alguém disser, nesta Casa, que o Brasil tem o dever de pagar, ainda que com a saúde das crianças brasileiras, essa dívida, a notícia valerá manchete de honra. Todos sabemos disto. Senador, fui advogado, ao longo dos anos; estou com as mãos calosas de colocar pilantras na cadeia; conheço toda essa gente, conheço mesmo; sei

como é que se usa uma adjetivação para defesa de causas imorais. Digo isto, Senador, porque cheguei a esta Casa, fui o primeiro Senador da Oposição no Paraná, sei como que surgiu, nós no Paraná surgimos defendendo bóias-frias, defendendo homens da classe média, defendendo gente simples e digna, e o que me apavora, agora, nesta Casa, é que os nossos adversários de ontem ingressaram em nossa legenda para defender tudo aquilo que é contrário, às teses que nós fizemos ser partido. Aliás, as últimas esperanças que eram esta Constituição estão sendo destruídas. Queremos fazer dela um instrumento de defesa dos privilégios que têm comprometido este País. Então, esse artigo impressiona culturas — como eu disse — inferiores, elementos que não são capazes de distinguir entre a verdade e o interesse escuso. Mas esses serviços sabem bem a quem estão servindo e qual a paga de seu traidor serviço.

O SR. JAMIL HADDAD — Agradeço o aparte de V. Ex. e quero deixar consignado, também, que recebi uma documentação — não sou de fazer acusações sem provas —, estou procurando analisar, em profundidade, os dados que recebi, que me parecem ser de extrema gravidade, dados levantados por uma empresa jornalística americana de que atrás dos dólares do *Iragate*, atrás da ajuda aos "contras" da Nicarágua, existia um chamado plano da democracia e que através de organismos — não estou colocando como fato concreto porque não tenho provas, é a citação de uma revista americana —, através da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, tendo a frente do Sr. Amaury Temporal; da Febrabam, tendo à frente o Sr. Teófilo Azeredo; da Ordem da Cruz de Malta, tendo à frente o Príncipe Orleans e Bragança, teria entrado neste País, para eleição de parlamentares ligados aos interesses do capitalismo internacional, dinheiro arrecadado na operação para os "contras" da Nicarágua, teria entrado, também, neste País, dinheiro, como ocorreu com o IBAD no passado, Instituto Brasileiro de Ação Democrática, para fazer uma Bandada majoritária na época da Constituinte. Estou compilando dados, estou apenas dizendo o que li e os dados que tenho de uma revista americana. Parece-me de extrema gravidade; não sou de fazer acusações sem provas, estou apenas citando fatos denunciados por essa revista e está havendo, inclusive, apuração pelo Senado dos Estados Unidos da América, em profundidade, a respeito da apuração do chamado escândalo do *Iragate*, e que propiciou uma grande quantidade de dólares através do Cel. Oliver North.

Queria apenas deixar consignado este fato e dizer que estou aguardando novos dados para poder trazer, realisticamente, a esta Casa.

Quero dizer que o Movimento de 1964 me pareceu extremamente inteligente, foi muito bem feito. Durou 21 anos, e, agora, na hora da feitura da Constituição, querem mantê-la extremamente retrógrada, na manutenção dos grandes interesses dos grupos capitalistas nacionais e internacionais, em detrimento da população sofrida e das reformas sociais que desejamos neste País. (Palmas.)

Durante o discurso do Sr. Jamil Haddad, o Sr. Dirceu Carneiro, 3º-Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Tendo em vista a reclamação encaminhada à Me-

sa pelo nobre Senador Itamar Franco, a Presidência informa a S. Exa. que já determinou a inclusão, na próxima sessão ordinária, na 2ª-feira, do Requerimento nº 64/87, de sua autoria, para apreciação do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Está esgotado o tempo destinado ao Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Sobre a mesa, requerimento de inversão da Ordem do Dia, que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

Nº 85, de 1987

Nos termos do art. 198, alínea "d", do Regimento Interno, requeiro inversão da Ordem do Dia, a fim de que a matéria constante do item nº 1 seja submetida ao Plenário em sétimo lugar.

Sala das Sessões, 3 de junho de 1987. — **José Fogaça**.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em votação o requerimento.

O Sr. Alexandre Costa — Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Concedo a palavra ao nobre Senador Alexandre Costa, para encaminhar a votação.

O SR. ALEXANDRE COSTA (PFL — MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, o item 1 da pauta vem se arrastando há longas sessões aqui no Senado da República.

Não o creio tão polêmico, não conheço o cidadão que alienou as terras de Mato Grosso, nem sequer me preocupei com a quantidade de hectares que ele deseja alienar. O que me preocupa é a forma de o Senado da República incluir no seu primeiro item uma matéria e procrastiná-la, permanentemente, através de requerimento de inversão de Ordem do Dia.

O que acho é que deve ser votado: sim ou não. Mesmo porque a matéria foi objeto de longo estudo nas comissões, e recebeu parecer favorável de um dos membros mais ilustres desta Casa, que é o Senador José Richa. De maneira que eu sou contra, e se persistirem no requerimento serei obrigado a pedir verificação de **quorum**, para que o requerimento seja votado com o número legal, e não sem número no Senado, para se acabar com esse processo de procrastinação. O que se deve, sim, é votar — sim ou não; do contrário, não se desobstrui nunca Ordem do Dia aqui na Casa Alta do País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Palmas.)

Aprovado.

O SR. ITAMAR FRANCO — Peço verificação de **quorum**, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Vai ser feita a verificação requerida.

Peço aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares, para que se proceda à verificação pelo sistema eletrônico.

Lembro aos Srs. Senadores que, por não se tratar de votação secreta, terão que tomar assento nos seus devidos lugares.

Solicito aos Srs. Líderes o voto de suas respectivas bancadas. (Pausa.)

Como vota o Líder do PMDB, no exercício, Senador José Fogaça?

O SR. JOSÉ FOGAÇA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Como vota o nobre Líder do PFL, no exercício, Senador Edison Lobão?

O SR. EDISON LOBÃO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Como vota o nobre Líder do PDS, no exercício, Senador Virgílio Távora?

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA — Não.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Como vota o nobre Líder do PDT, Senador Maurício Corrêa?

O SR. MAURÍCIO CORRÊA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Como vota o nobre Líder do PSB, Senador Jamil Haddad?

O SR. JAMIL HADDAD — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Como vota o nobre Líder do PDC, Senador Mauro Borges?

O SR. MAURO BORGES — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Como vota o nobre Líder do PTB, Senador Carlos Alberto? (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Como vota o nobre Líder do PL, Senador Itamar Franco?

O SR. ITAMAR FRANCO — Não.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Como vota o nobre Líder do PMB, Senador Antonio Farias? (Pausa.)

S. Exª não está presente.

Os demais Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Chagas Rodrigues
Cid Sabóia de Carvalho
Dirceu Carneiro
Francisco Rollemberg
Iram Saraiva
Jamil Haddad
Leite Chaves
Maurício Correa
Mauro Borges
Meira Filho
Nabor Júnior
Nelson Carneiro
Nelson Wedekin
Pompeu de Souza

Rachid Saldanha Derzi
Raimundo Lira
Ronaldo Aragão

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Carlos Alberto
Edison Lobão
Irapuan Costa Júnior
Itamar Franco
João Lobo
José Agripino
José Fogaça
Lavoisier Maia
Leopoldo Perez
Lourenberg Nunes Rocha
Ronân Tito
Virgílio Távora

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Votaram "SIM" 17 Srs. Senadores e "NÃO" 12.

Não houve abstenções.

Total de votos: 29

Não houve **quorum**.

A Presidência vai suspender a sessão e acionar a campainha por 10 minutos, para a chamada dos Srs. Senadores, a fim de procedermos à nova votação.

(Suspensa às 19 horas e 45 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Está reaberta a sessão.

O Senador Itamar Franco retirou o seu pedido de verificação e votação. Nessas condições, o requerimento é dado como aprovado, passando-se o item 1 para o 7 da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Item 2:

Mensagem nº 337, da 1987, (nº 468/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizado o Governo do Estado de Rondônia a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 150.000,00 OTN, para os fins que especifica. (Dependendo de parecer.) (Dependendo da votação do Requerimento nº 72, de 1987, do Senador Odacir Soares, de adiamento da apreciação da mensagem por 28 dias.)

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão ordinária anterior.

O requerimento deixou de ser votado por falta de **quorum**.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Rejeitado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Nos termos do art. 6º da Resolução nº 1/87, designo o Senador Ronaldo Aragão para proferir parecer sobre a mensagem oferecendo o respectivo projeto de resolução.

O SR. RONALDO ARAGÃO — (PMDB — RO. Para emitir parecer.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores.

Com a Mensagem nº 337, de 1986, o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado Federal a autorização para que o Governo do Estado de Rondônia contrate, junto à

Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS, uma operação de crédito no valor de 150.000,00 OTN.

Segundo a Caixa Econômica Federal, a operação é técnica e financeiramente viável, enquadrando-se nas normas operacionais do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS.

No mérito, o pleito enquadra-se em casos análogos que têm merecido a aprovação da Casa, tendo em vista a alta relevância social do projeto.

Nos termos da Resolução nº 1, de 1987, que estabelece normas de elaboração legislativa do Senado Federal durante o período de funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, opinamos favoravelmente sob os aspectos econômico-financeiro e legal da matéria.

Assim sendo, concluímos pelo acolhimento da Mensagem, nos termos do seguinte.

**PROJETO DE RESOLUÇÃO
Nº 56, DE 1987**

Autoriza o governo do Estado de Rondônia a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 150.000,00 OTN, junto à Caixa Econômica Federal.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Governo do Estado de Rondônia, nos termos do artigo 2º da Resolução nº 93/76, alterado pela Resolução nº 140/85, ambas do Senado Federal, autorizado a contratar operação de crédito no valor equivalente, em cruzados, a 150.000,00 OTN, junto à Caixa Econômica Federal, esta na qualidade de gestora do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — FAS. A operação de crédito destina-se à implantação de hospital geral.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de junho de 1987.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Em discussão o projeto, em turno único. (Pausa.) Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam o projeto queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Sr. Presidente, peço verificação do requerimento do item 1. Naturalmente, V. Exª não observou, colocou o requerimento em votação e o aprovou, contra o meu pedido de verificação. Foi a primeira palavra que eu disse, V. Exª consulte a Taquigrafia: "Será obrigado a pedir verificação", como efetivamente o fiz. Logo, esse requerimento único teria que ser submetido à verificação solicitada por mim. O Senador Itamar Franco pode ter retirado o seu pedido, mas eu não retirei o meu. Eu teria que ser consultado, pois tenho o mesmo direito que qualquer um dos senadores que aqui se encontram.

O Sr. José Fogaça — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Antes de conceder a palavra pela a ordem a V.

Exª, desejo apenas declarar ao nobre Senador Alexandre Costa que, pelo que a Mesa sentiu no Plenário e pelas manifestações havidas, só houve um autor de um requerimento de verificação, que foi o Senador Itamar Franco.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Mas V. Exª poderá ver que a Taquigrafia vai registrar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — V. Exª anunciou que pediria, mas não chegou a fazê-lo. Quem pediu a verificação foi o Senador Itamar Franco, que retirou o seu requerimento.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Pois bem, Sr. Presidente, estou pedindo verificação, agora, para todos os itens.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Pois não. Vai ser procedida a verificação requerida por V. Exª

O Sr. Itamar Franco — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Com a palavra, pela ordem, o nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO (PL — MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, creio que quanto à retirada do meu pedido de verificação, V. Exª teria uma argumentação, se quisesse utilizá-la junto ao Senador Alexandre Costa, é que quando o Senador pede verificação, tem que permanecer no Plenário. Ao que parece, V. Exª talvez não tenha visto o Senador Alexandre Costa, no plenário, por isso que apenas atendeu ao meu recurso de retirada do requerimento.

É o esclarecimento que queria prestar a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — É mais um adendo que V. Exª traz.

O SR. ALEXANDRE COSTA — E o Senador, que é regimentalista, sabe que V. Exª também teria que tocar a campainha por 10 minutos. Eu apenas fui ao café e voltei — nem 3 minutos — V. Exª reabriu a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Reabriu a sessão porque o requerimento foi retirado.

O SR. ALEXANDRE COSTA — Aliás, o Líder, Senador José Fogaça, ficou olhando para o relógio — precisamente 10 minutos — cioso do cumprimento do horário.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — A Mesa sabe, nobre Senador Alexandre Costa, que não pode dialogar com V. Exª e, por isso, vai proceder à verificação requerida.

Os Srs. Senadores queiram ocupar os seus lugares para se proceder à verificação.

Vai ser feita a verificação de votação do projeto de resolução relativa à proposta, para que seja autorizado o Governo do Estado de Rondônia a contratar operação de crédito, no valor, em cruzado, correspondente a 150 mil OTN, para os fins que especifica.

Todos os Srs. Senadores já ocuparam os seus lugares? (Pausa.)

Os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação!)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo
Chagas Rodrigues
Cid Sabóia de Carvalho
Dirceu Carneiro
Edison Lobão
Francisco Rollemberg
Iram Saraiva
Irapuan Costa Júnior
Itamar Franco
José Agripino
José Fogaça
Leite Chaves
Lourenberg Nunes Rocha
Maurício Corrêa
Meira Filho
Nabor Júnior
Nelson Carneiro
Nelson Wedekin
Pompeu de Sousa
Rachid Saldanha Derzi
Ronaldo Aragão
Virgílio Távora
Wilson Martins

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Leopoldo Peres
Ronan Tito

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) — Votaram "SIM" 23 Srs. Senadores e "NÃO" 2 Srs. Senadores.

Não houve número.

A Presidência vai suspender a sessão e acionar a campainha por 10 minutos, para chamada dos Srs. Senadores ao plenário.

(Suspensa às 19 horas e 56 minutos, a sessão é reaberta às 20 horas e 6 minutos.)

**DURANTE A SUSPENSÃO DA SESSÃO,
O SR. HUMBERTO LUCENA, PRESIDENTE,
DEIXA A CADEIRA DA PRESIDÊNCIA, QUE
É OCUPADA PELO SR. FRANCISCO ROLLEMBERG,
SUPLENTE DE SECRETÁRIO.**

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Está reaberta a sessão.

Solicito aos Srs. Senadores que ocupem os seus lugares, para que possamos fazer nova verificação.

O Sr. Ronan Tito — Sr. Presidente, solicito a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Tem a palavra, para uma questão de ordem, o nobre Senador Ronan Tito.

O SR. RONAN TITO (PMDB — MG. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Desejaria pedir a V. Exª que adiasse por alguns minutos mais a votação e a verificação, porque estamos tentando manter entendimento, no sentido de que sejam aprovados alguns projetos da maior importância, como o empréstimo de Rondônia e outros que temos o maior interesse em aprová-los. Por isso mesmo, estamos tentando um acordo entre os pares para ver se é possível colocarmos em votação, sem a verificação pedida pelo nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Indago do Plenário se concorda que a sessão

seja suspensa por mais 5 minutos, a fim de que haja o entendimento que propõe o Senador Ronan Tito.

Os que concordam queiram permanecer sentados. (Pausa).

Com a concordância do Plenário, suspende-se a sessão por cinco minutos.

(Suspensa às 20 horas e 7 minutos, a sessão é reaberta às 20 horas e 12 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Está reaberta a sessão.

Solicito aos Srs. Senadores que retomem seus lugares, para procedermos à verificação solicitada.

Os Srs. Senadores já podem votar. (Pausa.)

(Procede-se à votação.)

VOTAM "SIM" OS SRS. SENADORES:

Afonso Camargo
Carlos Chiarelli
Chagas Rodrigues
Cid Sabóia de Carvalho
Edison Lobão
Iram Saraiva
Irapuan Costa Júnior
José Fogaça
Leite Chaves
Leopoldo Peres
Lourenberg Nunes Rocha
Meira Filho
Nelson Carneiro
Nelson Wedekin
Pompeu de Sousa
Ronaldo Aragão
Virgílio Távora
Wilson Martins

VOTAM "NÃO" OS SRS. SENADORES:

Mauro Benevides
Ronan Tito

ABSTÉM-SE DE VOTAR O SR. SENADOR:

Nabor Júnior

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Votaram "SIM" 18 Srs. Senadores; e "NÃO" 2.

Houve uma abstenção.

Total de votos: 21.

Não houve **quorum** para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— O Projeto de Resolução nº 56/87, fica com a votação adiada por falta de **quorum**.

Em consequência, as demais matérias da Ordem do Dia, constituídas das Mensagens nºs 439, 491 e 515, de 1986; Ofício nº S/9/87; Projeto de Resolução nº 42/87; e Pareceres da Comissão de Relações Exteriores sobre as Mensagens nºs 33 e 51/87, ficam com sua apreciação adiada para a próxima sessão ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg)

— Volta-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Sr. Senador Cid Sabóia de Carvalho.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO

(PMDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, caros Senadores:

Venho a esta tribuna para chamar a atenção, mais uma vez, nesta Casa, que outros oradores

já o fizeram, a respeito da situação difícil pela qual passa, neste momento, o Nordeste brasileiro. Em particular, é da maior gravidade o que ocorre no interior do Ceará. Agora mesmo o Governador do Estado, Tasso Jereissati, viu-se na obrigação de elaborar um plano de emergência capaz de minorar, pelo menos um pouco, a situação caótica em que se encontra a população do meu Estado.

É evidente que, mais uma vez, se registra no Ceará aquele quadro que, inclusive já foi tão evocado, tão lembrado, tão dito, tão cantado em linguagem de dor, que uma literatura inteira fundou-se nisso, um estudo social fundou-se também nesse assunto, tudo ocorre com relação à seca. No entanto, se essa seca deu oportunidade a uma literatura, a todo um ciclo literário, se essa seca despertou tantos e tantos estudos, tanto oficiais como particulares, estudos de intelectuais, economistas, principalmente sociólogos, se isso aconteceu numa projeção das mais interessantes desse fenômeno, o fato é que, ao longo da história, a projeção que queríamos, o resultado desejado jamais aconteceu; esse resultado que o Ceará esperava era obter soluções definitivas para o problema da seca. O Nordeste se arrasta nesse problema, os séculos contam essa história dramática, há mesmo um comprometimento desde o Império, mas nunca e nunca as soluções definitivas puderam ocorrer.

Agora, quando estamos neste momento de transição nacional, quando o poder civil se reinstala neste País, as esperanças se redobram, de que seja possível encontrar os caminhos administrativos que levem a uma solução definitiva.

Essa solução tem muitos conselhos, tem muitas sugestões, tem muitos encaminhamentos, mas, a despeito da existência de tantos órgãos que tratam das minudências desse problema, o fato é que o Ceará, hoje, amarga as consequências da seca, de como amargara décadas atrás, em muitos e muitos anos, a problemática é exatamente a mesma. Temos uma...

O Sr. Virgílio Távora — Permite V. Ex^a um aparte, nobre Senador?

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Pois não, Senador Virgílio Távora.

O Sr. Virgílio Távora — Imagine, V. Ex^a, como estão cooperando as autoridades financeiras, deste País, para amenizar esta crise. V. Ex^a deve ter recebido, como nós, as maiores reclamações contra o absurdo de juros do que está sendo cobrado aos produtores rurais como pagamento de financiamento contraído no tempo áureo do Cruzado, aqueles homens que vêm, no momento, suas tarefas, seu esforço, seu labor completamente em vão, graças à chamada seca verde. Passa na cabeça de alguém, que possa um pequeno e médio produtor, a partir do dia primeiro do mês que vem, ter seus encargos, juros a 3% ao ano — parece bonito, não? — mais o fator de atualização da caderneta de poupança, que irá dar, aproximadamente, 1.000%, ou mais, ao ano, passa na cabeça de alguém que, quem tenha saldo devedor, em 28 de fevereiro passado, acima de 200 mil cruzados, vá pagar, a partir de 1º de março transato, até 30 de junho deste ano, juros de 3 ou 6% ao ano, conforme seja míni ou pequeno produtor rural, mais o fator de atualização da caderneta de poupança, com rebata de 50%? Se-

nador, ao seu brilhante discurso, pediríamos que acrescentasse esta achega. Realmente não é assim que se auxilia o ruralista, o homem, o produtor rural tão já castigado pela natureza!

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — V. Ex^a tem toda a razão com sua observação. E esse preâmbulo que eu fazia, até aqui, é para que essa minha fala, aqui no Senado, contenha um apelo, inclusive ao Banco Central, por uma circunstância muito interessante: que, na época do Cruzado I, muitos contratos para obtenção de empréstimos foram feitos perante o Banco do Brasil e agora, todos esses contratos são adaptados abruptamente a uma nova realidade, ao ponto de inviabilizar o pagamento, por parte daqueles proprietários de fazendas, de sítios em nosso Estado, e essa situação se agrava com a seca. Quem vinha pagando uma prestação pequena, de repente, é obrigado a enfrentar a correção monetária, que, mesmo reduzida em 50%, não permite a possibilidade de nenhum pagamento.

O Sr. Virgílio Távora — Até 30 deste mês. O rebata de 50% até 30, o resto agüenta a correção plena.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Exatamente! Tenho recebido, como todos os Senadores do Ceará, os mais diversos apelos nesse sentido. E eu faço, também daqui, esse clamor ao Banco Central, para que revise toda essa política financeira, essa atividade bancária com relação ao Nordeste, exatamente no momento em que atravessamos a chamada seca verde.

O Sr. Pompeu de Souza — Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, V. Ex^a permite um aparte? O Senador Pompeu de Souza está pedindo.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Com muito prazer, Senador Pompeu.

O Sr. Pompeu de Souza — Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, meus caros colegas deste Senado, sinto-me compulsivamente obrigado, por todos os motivos, a trazer esse aparte ao brilhante discurso de V. Ex^a; sinto-me obrigado pela memória do meu bisavô, do grande Senador Pompeu, do Império, que foi o primeiro grande estudioso do fenômeno das secas do Nordeste, que o estudou como cientista das ciências exatas e das ciências humanas; sinto-me obrigado pela minha alma imortalmente cearense, e já declarei que eleito Senador pelo Distrito Federal, considero-me o 4º Senador do Ceará. Ausente, neste momento, o nosso grande companheiro Senador Mauro Benevides, eu assumirei o 3º posto, de vez que o nobre Senador Virgílio Távora completa a trindade. Mas, quero dizer a V. Ex^a e aos companheiros que, na verdade, esse fenômeno das secas, que comove todo o País e que produziu todo um ciclo de literatura imortal pelo sofrimento que causa às nossas populações, é memória de cujos escritores sinto-me profundamente ligado, amigo fraternal que fui de José Lins do Rego, de Graciliano Ramos e que sou, até hoje, de Raquel de Queiroz e de José Américo de Almeida. Quero, nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, associar-me ao seu discurso, dizendo que não compreendo como até hoje aquela frase histórica de Dom Pedro II continua a ser, tal como a Batalha de Itararé, uma frase que não houve para a história, quando ele disse que venderia a última jóia da

Coroa para que os cearenses não morressem de fome na seca. E daí para cá, quantos cearenses, quantos nordestinos têm passado por esse sofrimento, que nem o ciclo do romance nordestino na literatura, conseguiu emocionar esse País para que achássemos uma solução. E a verdade é que têm sido adotadas soluções assistencialistas, soluções tópicas que não resolvem, simples paliativos porque, na verdade, sabemos que há soluções da maior factibilidade que, entretanto, não são atacadas, porque as coisas são resolvidas neste País na base do "jeitinho". É preciso, afinal de contas, que nós, nordestinos, nos unamos para que a seca do Nordeste tenha uma solução que as ciências físicas estão fartas de saber que existem, mas que na realidade os governos resolvem na base das frentes de trabalho, do assistencialismo, do paternalismo que nos humilha e que não resolve a solução humana, a solução social do nosso Nordeste. Meu caro Senador Cid Carvalho, solidarizo-me com o discurso de V. Ex^a, solidarizo-me com os meus heróicos conterrâneos do Ceará de onde saí há 15 anos, mas onde moram as minhas raízes, onde moram meus sentimentos, onde mora minha solidariedade. Quero dizer e quero gritar que este País precisa afinal acordar, para a grandeza daquele povo sofrido, daquele povo humilhado, daquele povo espoliado, que, entretanto, continua agarrado ao seu torrão, agarrado à sua história, agarrado à sua tradição, e que nós temos o dever de resgatar, para que ele conquiste soluções que lhe dêem condições de vida em nível de humanidade, e não em nível de subumanidade. Era o que tinha a dizer a V. Ex^a (Palmas.)

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Eu ouvi V. Ex^a com o máximo de atenção e prazer.

Além de ser o nosso 4º Senador, a verdade é que V. Ex^a é o irmão de sempre, ligado não apenas por suas raízes, mas também pela projeção presente dos seus sentimentos, da sua solidariedade e do seu amor ao meu povo, que também é o seu povo e o povo de todos nós integrantes desta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, é preciso que a Nação saiba que enquanto o Nordeste padece mil dificuldades, evidentemente, por falta de uma indústria conveniente, por falta de verbas que sejam as suficientes, por falta de oportunidades de trabalho, por falta de tudo, por falta de uma assistência genérica do Governo Federal, enquanto o Nordeste tem mil dificuldades, proliferam, em outros Estados, obras que facilmente são deferidas.

(Uma ponte Rio—Niterói, com tantas verbas, se houvesse sido evitada e esse dinheiro fosse aplicado no Nordeste, não teria havido genocídio nordestino, com a morte de milhares e milhares de pessoas, ao longo dos anos. No Nordeste, morre-se com o máximo de facilidade. Inclusive no que concerne à mortandade infantil, o quadro é simplesmente assustador; é a pátria do subalimentado, o Nordeste brasileiro. Ali se dá a infelicidade ante um destino absolutamente incerto e que leva o cearense à bravura de que tantos falam, uma bravura trágica, pois parte de um sofrimento do qual ainda não nos foi possível a libertação.

Estamos diante de novo, de uma seca. Esta, desta feita, das mais ilusórias, porque é a chamada seca verde.

O Sr. Raimundo Lira — Peço um aparte ao nobre Senador.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — E eu concedo o aparte a V. Ex^a, com o máximo de prazer.

O Sr. Raimundo Lira — Nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, como Senador pelo Estado da Paraíba, que é um Estado irmão do Ceará — conheço muito bem o Ceará porque estudei em Fortaleza durante alguns anos — solidarizo-me com suas palavras lúcidas, inteligentes e, sobretudo, oportunas, porque esse problema do Nordeste, por ser crônico, não tem recebido a importância que merece. E, nesse sentido, como representante da Paraíba, eu transmito também a solidariedade daquele povo sofrido, como o povo cearense, resistindo, pagando o tributo, para morar naquela terra, como uma forma de integração à nacionalidade brasileira. O seu discurso, a sua palavra é oportuna e merece, portanto, o aplauso desta Casa, que sem dúvida nenhuma, deverá também sair desse ambiente do Senado Federal para que seja ouvida em todo o Nordeste, sobretudo pelas autoridades do Executivo, para que na sua sensibilidade, na chamada e acreditada, pelo povo, Nova República, possa então traçar o destino que o povo nordestino merece.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO — Muito obrigado a V. Ex^a. O seu aparte ilustra de modo brilhante a minha fala, que é o clamor do meu Estado.

Sr. Presidente, para encerrar, eu queria só dizer que governar o Ceará não é somente administrar uma crise, como tem acontecido aos outros Estados brasileiros. Todos os Governadores administram crises enormes neste instante. O mais grave é que governar o Ceará é administrar a dor, é tentar minorá-la, sem largas possibilidades para tanto.

Governar o Ceará é tratar sempre de emergências e nunca encontrar as medidas definitivas, por absoluta impossibilidade, eis que a Federação sempre esqueceu o drama nordestino, muito embora os clamores sejam seculares. As secas têm trágicas histórias contadas em prosa e verso. Mesmo assim, a Nação tem se mantido praticamente sem condições de escutar esse grito de dor e de visualizar esse drama de fome, esse drama que é do Ceará e que é de todo o Nordeste!

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Com a palavra o Senador Raimundo Lira.

O SR. RAIMUNDO LIRA (PMDB — PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Vou ser muito breve, porque o assunto que abordarei em minhas palavras já está contido no discurso brilhante do meu companheiro Senador Cid Sabóia de Carvalho.

No próximo sábado, estará visitando à Paraíba uma comitiva de aproximadamente 50 Parlamentares, 20 jornalistas da imprensa nacional e 5 Ministros de Estado, além do Presidente do Banco Central. Essa comitiva irá visitar as áreas secas do sertão paraibano, mais precisamente a cidade de Patos, para ouvir e ver de perto os efeitos arrasadores da seca que ora assola o Nordeste. De Patos, no sertão da Paraíba, iremos para Sousa,

onde a comitiva verificará um projeto de irrigação que teve início ainda na década de 40, e que, até o momento, apesar do seu sucesso, ainda está por terminar.

Não tem sentido o nordestino, a esta altura, sofrer os efeitos da seca, porque praticamente todas as obras de infra-estrutura realizadas e concretizadas naquela região são, ainda, de décadas passadas, de 1930, de 1940 e 1950.

Neste momento, faço um apelo às autoridades de nosso Executivo, para que agora, se de iniciar uma nova emergência, não humilhe o trabalhador nordestino, o trabalhador paraibano, o cearense, o rio-grandense-do-norte, com salários miseráveis, abaixo do próprio salário mínimo. Fazemos este apelo às autoridades no sentido de que paguem, neste momento, salários condignos àquele povo sofrido e lhe dêem também, com coordenação objetiva e técnica, obras que possam ficar para o futuro, para que mais tarde os nordestinos possam olhar açudes e estradas e verificar o resultado do seu suor e do seu trabalho.

A desorganização, a irracionalidade e até a desumanidade com que os sertanejos nordestinos são tratados durante a seca, precisamente nesta, que durou quatro anos, é um fato histórico que realmente humilha não só a nós nordestinos, como, sobretudo, a todos os brasileiros que têm "o orgulho" de dizer que pertencem à oitava potência industrial do mundo.

Vamos, portanto, companheiros Senadores, todos unidos, no sentido de atender, de forma digna, humana e honrada, às necessidades do povo nordestino.

Tenho recebido diariamente informações e pedidos de socorro do meu Estado. Está aqui presente o prefeito de Serra Branca, Juarez Maracajá, que traz as apreensões do povo dessa cidade do Cariri paraibano, onde a seca foi arrasadora e acabou praticamente com toda a produção agrícola daquela região.

Meus companheiros, deixo aqui registrada a necessidade de o Brasil pagar um pouco do seu tributo ao Nordeste, e possamos, então, nós, nordestinos, sentir orgulho também de sermos brasileiros.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PFL — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Como ex-aluno da tradicional Faculdade de Medicina da Bahia, apesar de engajado nas duras pelejas da política e da administração, jamais deixei de acompanhar, embora de longe, mas com o máximo interesse, a vida acadêmica e a trajetória dos meus antigos mestres, ou colegas, muitos dos quais se projetaram no cenário nacional — tanto pela demonstração do valor pessoal como pelas dimensões dos serviços prestados ao País.

O Professor Fernando José de São Paulo, nascido em Santa Bárbara, no Estado da Bahia, a 30 de maio de 1987 — meu saudoso e querido professor de Terapêutica —, integrava a valorosa plêiade daqueles valores exponenciais que relembro com imensa saudade, respeito e profunda

admiração. Sábado passado, dia 30 de maio, completaria 100 anos de idade.

O insigne Médico e Professor Fernando José de São Paulo ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia aos 17 anos, tendo exercido a profissão, depois de formado, em Feira de Santana, durante cinco anos, para retornar à Faculdade como Mestre, ocupando a Cátedra de Terapêutica até atingir a aposentadoria compulsória, em 1957.

As homenagens que foram prestadas ao Professor Fernando São Paulo, promovidas por um conjunto de instituições, dentre as quais se destacaram a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Academia de Medicina da Bahia, Instituto Brasileiro para Investigação do Tórax — IBIT, Instituto Bahiano de História da Medicina e Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

As comemorações do centenário de seu nascimento reuniram no Memorial de Medicina, no Terreiro de Jesus, grande número de parentes, alunos, amigos e admiradores do homenageado, tendo o Professor José Silveira, Diretor do IBIT, proferido, durante a sessão solene, uma prímorosa oração, enaltecendo a inesquecível personalidade do Professor Fernando José de São Paulo "na qual — conforme asseverou o orador — se concentravam a melhor formação humanística e legítimos conhecimentos científicos"... "Foi um raro exemplo de saber, dignidade e honradez", concluiu o ilustre Professor José Silveira, Presidente do Instituto Brasileiro para Investigação do Tórax (IBIT), uma das instituições que promoveram, em Salvador, as comemorações do centenário do "Professor Emérito" Fernando José de São Paulo que, durante 60 anos exerceu com rara competência a sua profissão, 32 dos quais dedicados, paralelamente, ao magistério na Faculdade de Medicina.

Ao registrar nos Anais do Senado o transcurso do centenário do Professor Fernando José de São Paulo, solicito a incorporação ao texto destes ligeiros comentários da documentação anexa, constituída pelos seguintes trabalhos:

"Centenário Fernando São Paulo", discurso pronunciado pelo Professor Newton Guimarães (divulgado pela **Tribuna da Bahia**, edição de sexta-feira, 29 de maio de 1987); "Meu Mestre Fernando São Paulo", artigo de José Augusto Berbert, publicado pela **A Tarde**, de 27 de maio; "O Professor Perfeito", artigo de Aderbal Almeida, publicado pela **A Tarde** de 28 de maio; e os artigos "Exemplo de Saber, Dignidade e Honradez" do Professor José Silveira, "Um Mestre Notável", da Professora Consuelo Pondé de Souza, "Sou seu Amigo" de Cid Teixeira, "Depoimento" de Euclides Neto e "Fernando São Paulo" de Ruy Simões, publicados pela **A Tarde**, de 29 de maio.

Nos documentos acima referidos se contém depoimentos autorizados, de valor permanente, que traçam o perfil biográfico de uma das mais talentosas e nobres expressões da cultura brasileira, como Médico e Professor que soube honrar a sua profissão e a Bahia, modelo de Mestre que as novas gerações devem cultivar.

Associo-me, por conseguinte, às homenagens que lhe estão sendo tributadas, com a emoção de um ex-aluno que muito o estimava, devendo ao insigne Mestre preciosos ensinamentos, que muito contribuíram para minha vida profissional como médico, em virtude da qual obtive êxitos

na minha trajetória política e administrativa no Estado de Sergipe.

Hoje, desta tribuna do Senado Federal, exalto a fascinante personalidade do eminente Professor Fernando São Paulo, enaltecendo as homenagens que foram prestadas pelas aludidas instituições culturais da Bahia, por ocasião do centenário do seu nascimento.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. LOURIVAL BAPTISTA EM SEU DISCURSO:

CENTENÁRIO
FERNANDO SÃO PAULO
1887 — 1987

Tribuna da Bahia — Sexta-feira, 29 de maio de 1987

O Professor Fernando São Paulo, que ensinou Terapêutica na Faculdade de Medicina, por mais de trinta anos, foi um renovador e um pioneiro. Agora, no seu centenário, reavaliado o seu trabalho docente, os médicos atuais vêem — alguns com espanto — o quanto estava ele adiantado quanto às idéias de colocar os meios de cura ao alcance de todos. Vivendo em um tempo de dominâncias elitistas, muitas vezes a sua atuação não foi bem compreendida. Daí, mesmo a demora com que a própria universidade reconheceu-lhe o trabalho, outorgando o título de Professor Emérito, após a sua aposentadoria ocorrida no fim dos anos cinquenta. Quando mais tarde saldou este débito, coube ao Professor Newton Guimarães saudá-lo. O discurso pronunciado naquela oportunidade, sobre ser de homenagem, é também um retrato do ensino médico na Bahia ao tempo em que, nele, pontificou Fernando São Paulo.

Resgata, Sr. Professor Fernando São Paulo, a Faculdade de Medicina, neste momento, velha dívida para com V. S^a E ao fazê-lo, se de todo não se exculpa do atraso com que é saldado o compromisso, pelo menos, aos que dele jamais se esqueceram e sempre tiveram presente a necessidade de redimir-se da omissão — sobram hoje razões de alegria, na fruição do sentimento do dever cumprido.

Volta, V. S^a, ao lugar que de direito sempre lhe pertenceu; o lugar a que fazem jus, em nossa confraria, os que dela funcionalmente afastados por falta do imperativo legal, e efetivamente permanecem, porque indelévels as marcas que aqui deixaram, a obra que construíram, o exemplo que ministraram.

Exemplo, marca e obra, que se algum mestre aqui os deixou registrados, em extensão e profundidade, não o terá feito, em relação ao ensino médico, especificamente, em proporções maiores que V. S^a

Lance-se um olhar para o panorama do ensino nas três últimas décadas em nossa Faculdade; especialmente para aquele período em que não se dispunha das facilidades técnicas e do conforto dos dias atuais; quando, em lugar do moderno Hospital das Clínicas Prof. Edgard Santos possuíamos as modestas instalações do Hospital Santa Izabel; em lugar de laboratórios bem aparelhados, os improvisados laboratórios que a boa vontade de cada um instalava em dependências das próprias enfermarias; em lugar de turmas limitadas,

de residentes, de enfermeiras de alto padrão, centenas de alunos ingressavam cada ano, e a vontade de aprender de uns e de ensinar de outros, supria todas as deficiências, exalçando a Faculdade de Medicina da Bahia, no conserto das escolas médicas do País, a uma posição na qual, de sua consciência, não ousaria afirmar que todos os progressos e todos os recursos atuais tenham permitido sustentar.

Analisem-se aquelas condições; tenha-se presente a justa medida das circunstâncias que cercavam a sua atuação nesta Casa, Sr. Professor, e ter-se-á, igualmente, a perspectiva justa dos seus méritos e da importância dela na construção do renome que granjeou, pelo País afora, o ensino da medicina na Faculdade da Bahia.

É que no ensinar, como no aprender, de pouco valem os recursos materiais, se faltar a força essencial que os dinamiza, o princípio vital capaz de mobilizá-los: a alma do mestre e a vontade do aluno.

E de como V. S^a ensinava, Sr. Professor, podemos dar testemunho autorizado. Ingressamos nesta escola numa época em que já se esboçava a renovação de métodos e de mestres do nosso ensino médico; acompanhamos, assim, a transição que aqui se verificava, como reflexo da própria transição de princípios que orientavam a formação do médico — distanciando-o do antigo profissional da medicina, de que era modelo, o chamado "médico de família", "apoiado em conhecimentos pequenos que se estendiam por toda a área dos problemas pertinentes à saúde", e caminhando no sentido do especialista, que, no dizer de alguns, "trocou a universalidade do gesto" — tão importante quanto o saber — "pela profundidade do conhecimento".

Pois bem: dando depoimento pessoal e sincero, podemos dizer que vindo de uma época, e acompanhando o surgimento de outra, pela messe de ensinamentos de ordem prática que ministrava, e pela alma que punha na sua missão de ensinar, manteve-se V. S^a na liderança dos que contribuíam para a formação de bons médicos pela Faculdade de Medicina da Bahia.

Se, em verdade, todo o arsenal da Medicina, todos os progressos da técnica, convergem, em última análise, para uma etapa decisiva que é a prestação de serviços ao enfermo, no sentido de curar-lhe a enfermidade, e se este ato supremo se materializa na prescrição médica — da mais complexa indicação fisioterápica à mais modesta fórmula medicamentosa — então V. S^a, que ensinava — mas ensinava mesmo — a receitar, era o mestre sobre quem convergiam as responsabilidades maiores, e também os méritos, porque digno daquelas responsabilidade, do ensino da medicina clínica em nossa escola.

E sou insuspeito para proclamá-lo Sr. Professor São Paulo, porque não fui, como aluno, dos mais chegados a V. S^a Até mesmo, também eu me revelei certa feita, num daqueles arroubos juvenis do estudante — compreensíveis e toleráveis porque jamais identificáveis com as manifestações de desagregadora indisciplina que ultimamente vimos presenciando e que sempre encontraram de V. S^a a reação firme e coerente — também eu, neste mesmo local, no velho Ambulatório Augusto Viana, sobre cujos alicerces se edificou esta Reitoria, em arguição que me era feita — lembrome ainda — sobre "disenteria arabeiana", também eu me julguei atingido por aquilo que conhe-

ciamos como as "casmurricas" do Prof. São Paulo, e que o amadurecimento e a experiência que só o tempo conferem, me fazem, hoje, compreender como uma das vigas mestras do caráter de V. S^a — a intransigência no cumprimento do dever.

Não impedi, a ocorrência, para honra minha, que o antigo aluno, com as responsabilidades de colega, se fizesse o amigo, admirador incondicional das nobilíssimas qualidades e virtudes morais do mestre.

Meus senhores:

Se ainda me fosse permitido falar de um assunto que foi nos últimos tempos matéria tão explosiva; se ainda pudesse aludir a uma expressão que a tantos equívocos e distorções se prestou; se não se constrangem os senhores em que traga para aqui, nesses dias que estamos vivendo o tema das "reformas", para pontualizar o que se refere à reforma do ensino médico, eu ousarei fazê-lo, para salientar, nesta oportunidade, o título maior do Professor Emérito que recebemos, o de ter sido o legítimo precursor destas reformas.

Em verdade, que se tem arguido com a pregação das reformas? A necessidade de que os bens materiais e o bem-estar espiritual que da posse deles delú se distribuem mais equitativamente entre todos. Não é menos verdade que a esta altura ninguém desconhece e ninguém nega, que esta bandeira vinha sendo desfraldada insinceramente, para atender a interesses subalternos e impatrióticos, de uns poucos que tanto ilaquearam a boa-fé de tantos neste País; mas é também verdade, que retomada a bandeira por mãos honradas e dignas, com a restauração da moralidade administrativa, da autoridade e da confiança do povo nos poderes constituídos da nação, permanece o desejo sincero e a esperança de todos no sentido de que seja restaurada a propriedade do conceito, e efetivamente se pratiquem as reformas cristãs e democráticas de que tanto carecemos.

E delas, o que se advoga para a Medicina e o ensino médico é o que sempre praticou V. S^a, Sr. Professor Fernando S. Paulo; um ensino que possibilite ao médico ser útil à grande massa dos que dele necessitam. Quando V. S^a ensinava receitar "para rico e para pobre" — o que às vezes era referido, por incompreensão ou malícia, com certa dose de ironia, praticava V. S^a a síntese das reformas por que hoje se propugna.

A meio termo entre o profissional das pequenas populações, que sabe pouco de muitas coisas, e o especialista angustiado dos grandes centros, que tudo sabe de muito pouco, há de estar o médico ideal para a realidade brasileira; o que possuía a versatilidade de saber servir-se de todo o imenso cabedal de recursos para diagnóstico e terapêutica de que os abastados poderão dispor, mas igualmente saiba utilizar-se dos imensos recursos que só o raciocínio do médico bem formado propicia, para suprir, com eles, as deficiências materiais a que está jungida a medicina do pobre.

Ontem, hoje ou amanhã, rico ou pobre, no país supercivilizado ou no agrupamento populacional mais primitivo, o que o enfermo pedirá sempre ao médico é que lhe dê a saúde; o prestígio da medicina somente progredirá ou se manterá na razão direta da sua capacidade de curar.

Ministrando um ensino que possibilitava ao médico curar uma faixa maior de enfermos, V. S^a

foi, indiscutivelmente, o grande artífice de prestígio de que gozaram, tradicionalmente, os médicos da Bahia.

Não é esta a oportunidade para reviver o velho debate entre a especialização e a medicina geral, ou entre a ciência médica e a prática médica. Basta que no particular lembremos, como definidor de nossa posição, palavras que tomamos a Maranão, e que escrevemos em oração de parainfância aos médicos de 1962: "buscar as causas da dor e tentar diminuí-las há de ser o anelo máximo e o prazer mais enefável do médico, que todavia, não se contrapõe, antes, pode e deve identificar-se e completar-se com as suas inquietações e as suas investidas em busca da verdade". Mas, acentuávamos também, na mesma oportunidade: "pode-se saber muito, alcançar uma suprema técnica e uma caudalosa erudição e não ser um verdadeiro médico"?

Este é o que porfiava V. S^a por fazer dos seus alunos, Professor S. Paulo, o verdadeiro médico. E este o exemplo esplêndido que nos legou, porque a lição continua hábil nos dias de hoje. É de agora mesmo, a afirmativa que leva a chancela de autoridade indisputável de Lofler, mestre consagrado de Zurich, em artigo recente sobre "a interdependência entre a medicina científica e a medicina prática": será supérfluo pôr-se a questão de saber se o clínico geral é chamado a desaparecer. Ele subsistirá, porque indispensável. Como são indispensáveis, e o serão em todos os tempos, à formação de bons médicos, os mestres "a Fernando São Paulo".

Estarão fadadas ao insucesso por não atentar para esse fato fundamental de que a função precípua do médico é beneficiar a coletividade com as aquisições da ciência, as reformas didáticas que não tiverem como escopo aquele tipo de ensino e aquele modelo de médico. O ensino que V. S^a sempre quis formar.

Volte, pois, a esta Casa, Professor Fernando São Paulo, certo de que continuam válidos os princípios que defendeu; continuam vivas e atuais as idéias que aqui lhe nortearam a atividade de tantos anos; e de que por isso mesmo esteve sempre reservado o seu posto entre nós, e os de hoje como os de ontem, sentir-se-ão honrados com a sua companhia.

MEU MESTRE
FERNANDO SÃO PAULO

A Tarde — quarta-feira, 27 de maio de 1987

José Augusto Berbert

Fui aluno do Professor Fernando São Paulo em 1948. Ele ensinava Terapêutica na quinta série de Medicina e era considerado o último obstáculo na obtenção do diploma de médico. Quem passasse em Terapêutica podia considerar-se diplomado, pois a sexta série não oferecia, nenhuma dificuldade.

Nunca fui aluno destacado no curso médico, se bem que também nunca perdesse ano. Estudava pouco, mas chegava para passar. Tinha Fernando São Paulo, sabia que ele era duro e exigente, quem não soubesse receitar era reprovado sem o menor constrangimento. Ele, na época, tinha 61 anos (sei porque no próximo dia 30 seu centenário será comemorado com muitas festas), mais moço do que eu agora. Aos meus olhos de rapaz

era um velho elegante, educado, de pouca altura, exigente e extremamente simpático.

Sua cadeira era das mais importantes. Ensinava os futuros médicos a receitar, quais os produtos farmacêuticos ou fórmulas que deviam indicar para os doentes. Como professor, era o que havia de melhor na velha Faculdade de Medicina, didático e prático por excelência. Nas suas aulas, no Hospital Santa Izabel, levava invariavelmente um paciente de sua enfermaria para ser examinado e ajudava os alunos no diagnóstico. Identificada a doença e as condições do enfermo, chamava um dos alunos e pedia que acesse a receita no quadro-negro. Depois debatia com todos se estava correta, se as doses estavam exatas, quais as opções que podiam ser empregadas e quais as especialidades médicas existentes para aquele caso. Aprendíamos muito, principalmente a conhecer os produtos médicos vendidos nas farmácias, quais os laboratórios de confiança e quais as drogas que sabiam aviar as fórmulas receitadas, porque gostava muito de formular, o que hoje nenhum médico faz.

Não perdi uma só aula durante o curso, sentando-me um pouco ao fundo, por temer ser chamado ao quadro-negro para receitar e ser motivo de pilhérias quando errasse, o que era mais do que provável acontecer. Um dia chegou minha vez e tive de examinar um doente com ele. Depois me mandou ao quadro-negro passar a receita. Tive muita sorte de ser um caso fácil e acertei em chelo. Lembro-me que, depois de escrever a fórmula simples, coloquei embaixo:

Uso — uma colher das de chá de quatro em quatro horas.

Para minha surpresa, o Professor São Paulo me aplaudiu:

— Você demonstra que tem nas veias o sangue alemão que gosta das coisas bem detalhadas. Gostei do "uma colher das de chá", outros escreveriam "uma colher de chá", o que não é a mesma coisa.

Fiquei radiante com o elogio inesperado e desde aquele dia ele entrou para a lista dos meus professores preferidos.

Fernando São Paulo era criticado por alguns professores, que estavam longe de sua capacidade, e por alguns estudantes pernósticos, por exigir de seus alunos dois tipos de receita. Uma se o doente fosse rico, outra, com produtos baratos, se o paciente fosse pobre. Os críticos alegavam que só há uma Medicina, mas São Paulo explicava que de nada adianta se passar uma receita a um doente que não tem recursos para comprar os produtos indicados. Era verdade naquele tempo e continua sendo nos dias atuais.

Nós, seus alunos, tínhamos de receitar duas vezes, uma para doentes com recursos, outra para os pobres e indigentes. Uma vez um dos nossos colegas escreveu a receita no quadro-negro, absolutamente correta. Nosso professor o elogiou, mas perguntou: — isso em caso de ter recursos para comprá-la. Se for um pobre miserável sem dinheiro algum, o que o jovem colega receitaria?

Depois de pensar um pouco, o aluno respondeu: — eu daria o dinheiro para ele comprar os produtos. Todos riram, inclusive nosso mestre.

— Assim você morrerá de fome quando abrir seu consultório, comentou. Eu adorava e colecionava seus axiomas médicos. Tinha uma caderneta onde anotava o que ele dizia em aula. Não

sei onde perdi esse livrinho, mas lembro-me de alguns de seus ditos: "Todas as vezes que um médico diagnostica embaraço gástrico, o que há na realidade é embaraço médico", "uma gripe bem-tratada cura-se em 10 dias, sem tratamento cura-se em nove", "em Medicina fatura é sinônimo de penúria", "há doentes que se curam apesar do médico", "precaução e água benta nunca fizeram mal a ninguém", "antes de receitar uma criança pergunte à mãe dela o que acha que ela tem e concorde. A mãe sempre sabe mais que o médico". E outros no mesmo estilo.

Perto do fim do ano disse aos seus alunos: — breve vocês estarão formados. Quando forem chamados para atender a um doente, vão sem medo. Lembrem-se que 90% das doenças curam-se sozinhas, 5% qualquer médico cura, 3% só poucos conseguem curar e 2% ninguém cura. Portanto, vocês têm a seu favor 95% de chances de qualquer chamado médico.

No dia do meu exame final, sorteado o ponto, foi levado à sala de aula um doente muito ruim, a ponto de ter sido conduzido na maca. Eu tinha de examiná-lo sozinho e receitar. Podia errar o diagnóstico e os remédios, tanto para pobres como para ricos. Ele sentiu minha dificuldade e aproximou-se sorrindo:

— A sorte não lhe protegeu, disse: seu caso é difícil, mas não se impressione. Não julgo um aluno nesse exame final, faço o julgamento durante o curso. Você não perdia uma aula, prestava atenção, tomava notas. Não se preocupe que está aprovado, nem que "mate" esse homem com sua receita.

Senti uma euforia tão grande que acertei quase tudo.

Aquele professor baixinho era um gigante. Escritor dos melhores, seu "Dicionário de Termos Médicos Usados pelo Povo", é uma grande obra até como folclore. Lá aprendi o que significa "ter dor no fígado".

Eleito para a Academia de Letras da Bahia, nunca tomou posse.

A um poderoso que não merecia sua confiança, disse na cara: — sua assinatura é como sua palavra, não vale nada para um homem de bem.

Foi um dos poucos grandes professores que tive. Tão bom que quando caiu na compulsória, resolveram acabar com a sua cadeira e os médicos não mais aprendem Terapêutica, depois de uma reforma absurda que fizeram no ensino. Na época fiquei danado, mas agora dou razão aos reformistas. Fernando São Paulo era insubstituível. Era melhor mesmo acabar com sua cadeira.

O PROFESSOR PERFEITO

A Tarde — Quinta-feira, 28 de maio de 1987

Adherbal Almeida

Fernando José de São Paulo, ou Professor São Paulo, apenas, como usualmente era chamado, foi, sem nenhuma dúvida, e no seu tempo, uma das grandes senões a maior e mais nobre expressão do ensino, na veneranda e sempre gloriosa Faculdade de Medicina do Terreiro de Jesus. Mais precisamente no segundo quartel deste século, entre os anos 1919 e 1957, quando, atingindo a compulsória, foi desligado definitivamente das suas atividades naquela casa.

Vale, pois, lembrados nesta oportunidade em que se lhe prestam homenagens, pelo transcurso

do primeiro centenário do seu nascimento, alguns aspectos mais expressivos da sua invulgar personalidade.

Nascido em 1887, à ourela do "Polígono das Secas" do Nordeste, no dia 30 de maio, no pequeno arraial de Santa Bárbara, então pertencendo ao município de Feira de Santana, ali mesmo levou a efeito a realização do curso primário, como aluno exemplar, na "escola régia" como então eram chamadas algumas daquelas instituições do primeiro grau. Em seguida, em 1903, foi encaminhado a esta capital, para o aprendizado indispensável à obtenção dos preparatórios exigidos à matrícula nos vestibulares destinados ao ingresso nas diversas faculdades. Fê-lo como aluno do Ginásio São Salvador. A três deles, os de Francês, Latim e Matemática, por motivos que não vêm ao caso referir, foi obrigado a realizá-los em Maceió e os conquistou, também, com distinção. No ano seguinte, adolescente de meia-idade, vence o vestibular para Medicina e se matricula naquela já aludida escola. Em 13 de dezembro de 1909, cola o grau de médico.

Para começo de profissão, elegeu a própria sede do seu município, onde clinicou durante seis anos, fazendo-se profissional de invejável conceito. Em 1915, Prado Valadares o atraiu para o seu serviço, na cadeira de Propedêutica Médica, tornando-o seu assistente. Quatro anos mais tarde decide fazer concurso para Farmacologia, em cuja cátedra foi emitido em dezembro de 1919, com a presença de Rui Barbosa, que aqui se fizera seu cliente, durante a "campanha civilista". E foi a única, ao que se sabe, a que deu a honra de assistir o grande brasileiro. Não era, porém, esta, a disciplina de sua predileção. Fez-se professor dessa matéria para melhor capacitar-se ao que realmente pretendia, ou seja, o ensino da Terapêutica Clínica. Ai é que se fariam revelados os seus grandes dotes de professor. E seis anos depois se submete a concurso para ela, tomando posse em 16 de julho de 1925, permanecendo em ininterrupta atividade até 1957, quando o alcançou a aposentadoria compulsória, trinta e oito anos, por conseguinte, de constante labor em proveito do ensino médico.

Nele, ou no seu desempenho é que se criaram as incompreensões e inimizades que o acompanhariam até a morte. Dê-se a palavra ao ilustre professor José Silveira, seu ex-aluno e depois colega, como renomado professor de Tisiologia: "Incompreendido, na época, por nós e pelos seus pares, foi, na verdade, o guia de que carecíamos; o único professor que se preocupou em nos ensinar qual deveria ser o nosso comportamento perante o doente, no hospital e na clínica privada, mostrando-nos como recebê-los, conduzir o seu exame, falar ao seu alcance, prescrever com correção e de acordo com a sua situação financeira, infundindo-lhes a confiança e fé, fatores decisivos na sua cura".

Ensinando a receitar para "doentes pobres e ricos", deu, Fernando São Paulo, ao desempenho da disciplina, um sentido especial e inimitável, que assegurava ao médico o seu papel de não desfazer esperanças, e aliviar, no que fosse possível, a desilusão e o sofrimento. Naqueles tempos ainda se formulava muito, e eram poucos os produtos industrializados, nem sempre acessíveis à bolsa dos desamparados da sorte. A prescrição sem o remédio lhes agravaria necessariamente

a doença, contrariando, evidentemente, a própria filosofia da arte médica. As críticas e restrições de que fora vítima, no particular, inversamente o engrandeceram na admiração e no respeito dos seus ex-alunos. Nenhum deles deixou, nunca, de procurá-lo, retomando à Bahia para visitá-lo e rever a velha faculdade.

Mas era, ao lado disso, um professor rigoroso, entre os que mais o foram, no cumprimento dos seus deveres, absolutamente justo e intransigente na avaliação do aprendizado, e para quem o "pistolão" não valia, viesse de quem viesse.

Humanista de invejáveis recursos, fez-se, também, exímio cultor do nosso vernáculo, escrevendo com correção e estilo próprio os seus trabalhos. Ainda empenhado em ajudar o pobre clínico do interior, compôs-lhe um dicionário em dois volumes — "Linguagem médica popular no Brasil", logo imediatamente esgotado.

Aposentado após 38 anos de constante labor, pretendeu, ainda, e lhe foi negado pela sua escola, que se lhe desse quatro leitos na sua velha enfermaria, onde seguisse ensinando, sem ônus para a faculdade, a quantos, por acaso, pretendessem continuar ouvindo os conselhos da sua longa experiência.

Encheu, a bem dizer, quatro décadas, como o calor do seu desempenho, no ensino e na prática da Medicina. Mas disto só se lembraram sete anos depois, para conceder-lhe o título de "Professor Emérito". Falecido em 13-7-73, não lhe prestou a nossa UFBA as honras e homenagens a que teria incontestável direito. A outros muitos tem dispensado, também, ela, iguais ou semelhantes desconSIDERAÇÕES.

É oportuno relembrar, neste momento, a esse respeito, as palavras de profunda sensibilidade e amargura há pouco pronunciadas pelo renomado e eminente mestre Prof. Alcides de Queiroz, ao lhe serem rendidos, pelos seus ex-discípulos, os mais justos louvores por ter completado 60 anos de exercício regular da profissão, 32 dos quais dedicados, paralelamente, e com brilhantismo, ao desempenho do magistério, naquela mesma faculdade: "Senhores, há 10 anos, exatamente numa terça-feira, descia eu, silencioso e triste, as escadas desta casa. Estava aposentado, despachado, pelo dispositivo ignóbil de uma lei cética, que manda imobilizar e arquivar os seus septuagenários. Como se a sabedoria, senhores, não fosse apanágio dos ancianos. Dois dias depois recebia um ofício, um papel, com palavras formais, secas, protocolares, pelo qual o reitor Mascarenhas me agradecia os serviços prestados à Faculdade de Medicina durante 32 anos. Passemos, porém, esta página".

As homenagens, pois, que hoje são tributadas à veneranda memória do grande Prof. Fernando José de São Paulo, neste primeiro centenário do seu nascimento, só se farão completas quando for escrita, com isenção, a verdadeira história da nossa querida faculdade.

Tendo vivido para a família, para a escola, para a sociedade e para a Pátria haverá falecido, certamente, na mesma tranqüilidade de consciência que fez inspirado, ao Imperador Pedro II, morto-exilado, após meio século de serviços prestados ao seu país, a significação e insuperável beleza destes dois versos: "Serenos aguardarei, no meu jazigo, a Justiça de Deus na voz da História".

FERNANDO DE SÃO PAULO
O MÉDICO QUE ENSINAVA A
ARTE DE CURAR

A Tarde — Sexta-feira, 29 de maio de 1987

EXEMPLO DE SABER,

DIGNIDADE E HONRADEZ

A Tarde — Sexta-feira, 29 de maio de 1987

José Silveira

Quando Prado Valladares se debatia, na peleja acirrada em favor da obtenção da cátedra, num dos mais ruidosos concursos na Faculdade de Medicina no Terreiro de Jesus, em meio da mocidade delirante, entre os seus mais ardorosos defensores encontrava-se Fernando São Paulo. Tão-mais seu entusiasmo, que o próprio candidato, um dia, espontânea e sinceramente, lhe disse: "Se chegar a professor, irei buscá-lo, onde quer que o encontre, para ser meu primeiro assistente". Apesar do brilho excepcional das suas provas, foi seu contendor, não menos capaz, o escolhido. Passam-se os tempos. Surge a Reforma Rivadávia. Não mais exigem do candidato preterido novo concurso; deram-lhe outra cadeira de Clínica Médica, como prêmio do seu próprio valor. Fiel a seu compromisso, conseguiu Valladares arrancar, de Feira de Santana, o amigo, já bem implantado, com rendosa clientela, para vir trabalhar a seu lado. Não lhe oferecia vantagens financeiras; o salário dos que se dedicavam ao ensino foi sempre ridículo e miserável. Dava-lhe, apenas, oportunidade para desenvolver seu talento, realizar seus sonhos de melhoria e perfeição. Demonstrando desinteresse pelo dinheiro — tônica permanente da sua vida —, não hesitou um só instante. Tudo abandonou para vir trabalhar, estudar e progredir sob a orientação sábia e estimulante do mestre que, de modo tão cordial e espontâneo, o chamara. Assim, decidido, firmado nos seus próprios dotes intelectuais e na sua grande capacidade de trabalho, ingressou na carreira universitária; livre e independente, fora da influência de grupos, estranho a conchavos suspeitos, desligado de qualquer compromisso político ou de natureza suspeita. A tarefa não lhe foi fácil. Sobre ser amigo de um dos mais combatidos professores — vítima constante da inveja e do despeito — não se apresentava com as credenciais que, naqueles tempos, eram consideradas fundamentais ao exercício da cátedra superior: exuberância verbal, entusiasmo, fluência oratória, vivacidade intelectual esfuizante e ruidosa... De pequeno porte, ligeiramente pálido, vestido com discrição, gestos moderados, recatado e cerimonioso, não chamava atenção, logo à primeira vista. Só com a intimidade se perceberia como falava desembaraçadamente, escrevia bem e, sobretudo, conhecia a fundo a matéria que pretendia ensinar. Começou inscrevendo-se no Concurso de Farmacologia, do qual saiu vitorioso. As oposições logo se iniciaram: condições pouco favoráveis foram-lhe oferecidas para execução das provas práticas: sua tese gerou uma polêmica que chegou até os jornais leigos. A tudo resistiu. E, com tal competência se houve, que nenhuma dificuldade teve quando, para atender seus maiores pendores, quis transferir-se para a Cadeira de Terapêutica Clínica, onde fui encontrá-lo. Tais fatos merecem ser contados

e lembrados, quando comemoramos, festivamente, o centenário do seu nascimento, para mostrar e demonstrar que toda sua vida universitária, do primeiro ao último ato, foi por ele mesmo conquistada, através de duros embates, muito estudo, trabalho, honestidade e seriedade de comportamento. Não foi — repitamos — o resultado de arranjos prévios, interesses escusos, influências suspeitas, circunstâncias menos nobres e sadias. Por isso, livre e independente, sem compromissos secretos ou inconfessáveis, pôde manter-se sempre com dignidade e honradez. Curioso é que, isso não obstante, ou talvez por isso mesmo, ensinando a boa e útil Medicina, aquela que a duras penas aprendera no interior e a que mais nvinha, deixou de ser bem entendido, até pela própria moçada, mal-acostumada e preconceituosa. Dele esperavam-se a retórica farfalhante, os arroubos oratórios, a sabedoria fofa, entredita por falsa e pretensiosa erudição. Como suas aulas, claras e bem lançadas, eram inspiradas no que vira e observara na sua grande experiência no meio rural, em contato direto com a realidade brasileira, passaram a considerá-lo menos competente e capaz. Prejudicava-o, ainda, seu desabalado amor à Justiça. Levando em conta sua responsabilidade na formação de profissionais que iriam lidar com o maior bem, a vida humana, não deixava passar o aluno despreparado e vadio. Imparcialmente premiava os bons estudantes e castigava os indolentes e irresponsáveis. Para ele não valia o pistólo, o cartão de recomendação, as pressões de qualquer espécie. Com o tempo, resistindo a todas as forças negativas, a verdade veio à tona. À medida que novas turmas começavam a clinicar, espalhava-se a notícia de que só ele ensina aquilo que o profissional deveria saber para iniciar bem, e com segurança, sua carreira. A fama de professor exigente, reprovador implacável, cada vez lhe dava mais prestígio e respeitabilidade. Mesmo os feridos pelo golpe da reprovação lhe faziam justiça. Daí a repetição das provas de admiração e apreço dos seus alunos. Por várias vezes recebeu as honras do paraninfo e homenagens de gratidão... E com tanto maior frequência, quanto mais estudiosa e independente a turma que se formava... Agnóstico, a princípio, logo se tornou um fervoroso crente. Praticava sem acanhamento suas obrigações religiosas. Bom cristão, mantinha as mais íntimas relações com o clero. Fundador e presidente perpétuo da Sociedade de São Lucas, difundia entre os médicos que a frequentavam a melhor doutrina. Seu consultório vivia cheio de bispos, monsenhores, cônegos e padres, frades e freiras... Quase não conheci um religioso, a começar pelo meu tio Loureiro, que não fosse seu cliente. Atendia a todos carinhosamente e gratuitamente. Curioso era que, também gratuito, o serviço que prestava aos juizes, às professoras, a todos os que, no seu conceito, "não tinham dinheiro para gastar com médico". Compensava ele — até certo ponto — o prejuízo material dessas horas de trabalho com sua ampla clientela. Houve uma época em que não só toda Bahia, senão grande parte do Nordeste, nada decidia, em termos de doença, sem ouvir a palavra sábia do grande médico: do professor Fernando São Paulo.

Entendido em assuntos da língua portuguesa, nunca se considerou um homem de letras. Tanto assim que, candidatando-se, certa vez, à Aca-

demia de Letras da Bahia, sob imposição de amigos, por um simples incidente, uma mera incompreensão do seu presidente na fixação da data da sua posse, em carta memorável, abdicou da tão cobijada imortalidade... Não é que lhe faltassem credenciais. Para provar a razão de ser da candidatura, apresentou, além de vários outros escritos, o seu notável livro *Linguagem Médica Popular no Brasil*, obra hoje clássica, fonte de consulta permanente dos entendidos, onde se revelam suas grandes qualidades de escritor, pesquisador beneditino e sério, homem de letras na mais rigorosa expressão da palavra. Era, desse jeito, o grande Mestre, o inesquecível professor. Sêrio, discreto, superior, fidalgo e nobre, em todas as passagens da sua vida exemplar. Pai responsável, esposo fiel, simbolizava a figura austera do bom chefe de família. Requisitado, preferido, acatado e estimado pelas mais idôneas e expressivas agremiações filantrópicas, dava-lhes, sem recompensa econômica de qualquer espécie, carinhosa atenção, zelo inigualável, despreocupado sempre com o prestígio ou a importância do cargo que exercia. Na defesa dos pobres, a favor das grandes causas, assumia atitudes definidas, humanas e corajosas. Íntegro como poucos, não tolerava a trapaça, a barganha, a inescrupulosidade, a má aplicação dos dinheiros públicos, o negócio pouco asseado, os movimentos escusos, a malandragem, a inércia e a mentira. Impávido e sereno, resistia a todas as ameaças; previa as revanches todas dos prejudicados, dos que, sem resultado, tentavam corrompê-lo. Não admira, pois, que seus inimigos claros ou seus falsos amigos, respeitando-o, embora deixassem de aplaudi-lo, homenageá-lo, de lhe fazer justiça. Quando pretendeu ocupar, logo aposentado, uma simples sala, para continuar a ensinar, sem nenhuma compensação financeira, no Hospital das Clínicas, ninguém, que eu saiba, insistentemente, o defendeu. Reação lastimável de insensibilidade e indiferença, para com aqueles que, à frente de jovens médicos e estudantes, pela primeira vez, entrou no Palácio da Aclamação para solicitar dos poderes públicos decisiva e substancial ajuda, precisamente, para iniciar as obras desse mesmo hospital. Também não houve a aceitação, lógica e desejável, da sua grande e rica biblioteca, oferecida à Faculdade de Medicina, a que tão devotamente serviu e honrou...

Felizmente que nada disso o atingiu; inúteis todas as tentativas para anulá-lo, porque, da sua personalidade singular, dos seus atos de independência e coragem, não se esquecem nunca os que tiveram a ventura de conhecê-lo. E dele se recordarão, por certo, as futuras gerações ao tomarem conhecimento da grandeza e elevação da sua obra humana e patriótica; do seu excepcional exemplo de saber, dignidade e honradez.

UM MESTRE NOTÁVEL

A Tarde — Sexta-feira, 29 de maio de 1987

Consuelo Pondé de Sena

Conheci-o pequena ainda. Nos tempos radiossos da minha trêfega infância de garota irrequieta e traquina, no Colégio de D. Anfrisia, onde estudava sua filha Fernanda, a primeira Fernanda que conheci na vida e por cuja simpatia, muitos anos decorridos, sugeri fosse esse o nome dado à minha única e querida neta.

Não esqueço o mestre respeitável, muito menos sua serena e formosa esposa, D. Edith, ambos sempre impecáveis e elegantemente trajados, na sobriedade própria das pessoas de requintado gosto e fino trato.

Eram amigos de D. Anfrísia, fraternais e constantes, que deles certo dia recebeu uma belíssima mobília de sala de jantar, régio presente que, tanto ela quanto D. Rita sua querida irmã e companheira, sempre fizeram questão de mencionar.

Admirava-os bastante. Ao vê-los, quando de suas freqüentes visitas ao Colégio N. S. Auxiliadora, neles fixava meus olhos de menina observadora, de repórter que sempre quis ser, mas o destino não me permitiu. Gostava de observar o harmônico e distinto casal. Contemplando-o, por vezes, com certa insistência que eles percebiam, tenho certeza.

Essa curiosidade decorria do fato de meu pai, Edístio Pondé, meu mentor e meu ídolo, sempre se referir ao mestre de Terapêutica baiana com particular respeito e vivo carinho. Diria, talvez, quase devoção.

Apreciava-lhe, o ex-aluno diplomado em 1925 que, no ano da formatura, tivera o infortúnio de perder seu pai, o bom juiz, aos 54 anos de idade, o senso de justiça, a competência indiscutível, o respeito que impunha à classe, a exigência no cumprimento das tarefas acadêmicas, a assiduidade às aulas que, teóricas e práticas, eram por ele exclusivamente ministradas, a maneira sóbria de tratar os discípulos, por vezes chistosa e sempre cordial, e de, depois de diplomados, ajudá-los na clínica particular.

Foi meu pai, pois, um desses beneficiários da generosidade do mestre, a quem Fernando São Paulo muito favoreceu, encaminhando-lhe portadores de enfermidades neurológicas. Creio mesmo, ter sido o único, dentre todos os seus professores, aquele que, efetivamente, o auxiliou na formação da incipiente clínica particular.

Movida, pois, pelo sentimento de gratidão, que aprendi a cultivar no lar paterno, e desejosa de homenagear aquele a quem, se vivo fosse, renderia meu pai a reverência de sua saudade, permito-me fazer algumas considerações acerca do pranteado professor.

Penso caber, neste instante, traçar ligeira resenha biográfica sobre o professor Fernando José de São Paulo, nascido a 30 de maio de 1887, no arraial de Santa Bárbara, hoje cidade, àquela altura integrante do município de Feira de Santana, neste Estado. Eram seus pais: Patrício José de São Paulo e Joaquim Mônica de São Paulo.

Criança, ainda, revelou privilegiada inteligência, rara vivacidade, tendo realizado o curso primário, na cidade natal, com o professor João Muniz, que lhe ministrou, igualmente, aulas de Francês e de Latim.

Em 1902, transferiu-se para Salvador a fim de dar prosseguimento aos seus estudos, matriculando-se no Ginásio São Salvador, onde fez modular curso. Em 1904, aos 17 anos, ingressou na Faculdade de Medicina da Bahia, onde se doutorou em Ciências Médicas Cirúrgicas em 1909, defendendo tese "A vida sexual dos condenados".

Após sua diplomação, regressou à terra natal, onde atuou como médico até 1911. Transferindo-se, posteriormente, para Feira de Santana, exerceu a profissão naquela cidade, de 1912 a 1917. Na mesma oportunidade, submeteu-se a

concurso para as cadeiras de Farmacologia e Terapêutica, tendo sido em ambas aprovado brilhantemente e por unanimidade. Passou, então, a ocupar a 1ª Cadeira, transferindo-se, em seguida, para a de Terapêutica, que desempenhou com competência, rigor e dignidade até 1957, em cuja ocasião aposentou-se ao atingir a compulsiória.

Por proposta emanada da Faculdade de Medicina, aprovada em sessão do Conselho Universitário, no dia 20 de dezembro de 1963, sendo relator o professor Alceu Roberto Hiltner, foi outorgado a Fernando José de São Paulo o título de Professor Emérito. Essa dignidade lhe foi entregue oficialmente no ano seguinte, durante o Reitorado Albérico Fraga, saudando-o o professor Newton Guimarães.

Altamente conceituado em nosso meio, foi homenageado em diversas ocasiões, através de cargos em comissões.

Em 1919, assistiu, como médico, ao notável brasileiro Rui Barbosa, quando de sua candidatura à Presidência da República, acompanhando-o, inclusive, durante sua excursão pelo interior do Estado. Paralelamente várias turmas de graduados em Medicina, tal o prestígio que desfrutava entre os jovens estudantes, que malgrado o seu rigor e severidade, consideravam-no modelo de mestre.

Em 1943, integrou uma comissão composta pelos Drs. Arlindo Luz, Rogério Faria, Fernando Góes e outros, incumbida de conceder assistência aos italianos e alemães asilados na cidade de Maracás, no sertão baiano, em face de campanha que vinham sofrendo em função da Segunda Grande Guerra Mundial. Tendo a Itália e Alemanha, ao lado do Japão, participado do Eixo, muito padeceram os filhos desses países quando da declaração de Guerra do Brasil, vale dizer do seu engajamento aos aliados. Fernando São Paulo, tenente-coronel da Reserva, muito colaborou, naquela ocasião, com a Polícia Militar, visando à proteção dos aludidos estrangeiros. Movido exclusivamente pelo interesse humanitário, declarou sobre o assunto: "Não somos nazistas, somos humanos", justificando assim a sua posição frente ao caso e a escolha de Maracás, em lugar de região insalubre para onde deveriam ser destinados ao extermínio caso tal transferência se concretizasse.

Algumas vezes, recebeu convites e recusou-os todos, para ocupar cargos na administração pública do Estado e do País a exemplo da insistente convocação do interventor Pinto Aleixo, que o desejava como seu Secretário de Educação e Saúde.

No exercício docente, teve oportunidade de participar de bancas examinadoras de concurso, atuando sempre de modo brilhante, com absoluta isenção, seja na Faculdade de Medicina da Bahia, seja nas do Recife, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro.

Candidatando-se à vaga 21 da Academia de Letras da Bahia, cujo patrono é Francisco Bonifácio de Abreu — Barão de Vila da Barra e fundador Filinto Ferreira Bastos, a este deveria suceder caso não houvesse ocorrido episódio inédito, em nossa terra. Tendo postulado, através de carta, a sua inscrição no dia 29 de setembro de 1939, retardou, contudo, tomar posse. Por esse motivo, recebeu uma carta da presidência da instituição, assinada pelo jurista Carlos Ribeiro, fixando-lhe o prazo máximo de 3 de novembro de 1941 para que viesse, finalmente, integrar aquele egrégio sodalício. A referida mensagem, de caráter privado,

transpirou, indevidamente, nas páginas da imprensa, sendo entendida como ultimatum, à que eleito por unanimidade, mas ainda não investido da dignidade a que fazia jus. Sensibilizado com a desagradável ocorrência, Fernando São Paulo dirigiu-se a Carlos Ribeiro, desistindo da Academia, pois não lhe agradara o tom de advertência e sua divulgação pública na imprensa.

Esse episódio relatado minuciosamente por Renato Berbert de Castro em seu livro Breviário da Academia, diz mais do que qualquer outro da independência de espírito de Fernando São Paulo, do seu despreendimento em face da honraria e acima de qualquer consideração, do seu elevado senso de dignidade pessoal.

O acadêmico não empossado, fato único na história da Academia de Letras da Bahia e quicá, do Brasil, deixou inúmeros trabalhos escritos, sendo o mais notável de todos Linguagem Médica Popular do Brasil, obra de extraordinário valor e utilidade, sobretudo para aqueles facultativos que trabalham no interior e necessitam lidar com o povo inculto, sabendo entender-se no seu linguajar matuto.

Pessoalmente, tive ocasião de assistir ao professor Gerson Pinto, seu assistente durante longos anos, atender a uma paciente procedente do interior, por mim conduzida a seu consultório, com ela dialogando durante todo o tempo através de expressões populares, aprendidas, segundo me revelou, com o mestre Fernando São Paulo.

Fernando São Paulo realizou um casamento feliz, unindo-se em 19 de julho de 1913, à professora Edith Gomes dos Santos, natural da cidade de São Gonçalo dos Campos de cujo consórcio nasceram três filhos: Dr. Sylvio de São Paulo, médico sanitário e major da Reserva das Forças Armadas Norte-Americanas, residente nos Estados Unidos, onde viveu durante longos anos e ali faleceu; Dr. Ângelo São Paulo, jurista, residente em Brasília, também falecido, casado com a Dra. Vera de São Paulo, de cuja união nasceu o único descendente, Eduardo de São Paulo, e a Sra. Fernanda de São Paulo d'Abreu Gomes, casada com Júlio Martins d'Abreu Gomes, industrial, residente na Póvoa de Varzim — Portugal.

Fernando São Paulo foi, sem sombra de dúvida, um dos maiores mestres da nossa Medicina, um dos mais respeitáveis professores que atuaram na Faculdade onde ele tanto dignificou. Não transigia com o estudante, mas sempre agia com correção e justiça. Era um homem cuja integridade moral, respeitabilidade e bom senso estavam acima de qualquer suspeita, mesmo quando sob o julgamento dos adversários.

Como todos aqueles que buscam agir com isenção, e são reconhecidamente incorruptíveis, não só fez alguns desafetos, como criou algumas áreas de atritos irremovíveis.

Tais personalidades, admiráveis por sua integridade, por sua insubmissão ao arbítrio, não se amoldam aos expedientes desonestos, não convivem com as circunstâncias incóretas, sendo, por isso mesmo, freqüentemente incluídas entre os ranzinhas e intolerantes.

Fácil, cômodo, prático, é estar sempre ao lado do poder, agir com indulgência ser condescendente com os infratores. Facilímo é conviver com o denominado sistema do "facilitário", dar jeitinho em tudo, trapacear a verdade, agir irresponsa-

velmente, acobertar erros, atuar com dois pesos e duas medidas, enfim, ser bonzinho, ainda que débil de caráter, pusilânime e franco.

De modo geral, não agradam à maioria, as pessoas que utilizam a franqueza, em lugar de dubiedade e da mentira.

Por tudo isso, devoto o maior respeito à veneranda memória de Fernando São Paulo, porquanto só me merecem respeito homens de sua ténacidade e coragem.

Sertajeno da Santa Bárbara, homem forte nascido nas brenhas do sertão, cedo transplantado para a cidade, carregou consigo, vida afora, a austeridade do sertanejo descrito pelo incomparável Euclides da Cunha: "O sertanejo é antes de tudo um forte".

Fernando São Paulo, homem de média estatura, frágil físico, era mais forte do que os gigantes que tentaram subjugar-lo, sem jamais conseguirem seu intento. Por isso mesmo, merece as homenagens que a Bahia digna hoje está prestando à sua respeitável memória.

"SOU SEU AMIGO"

A Tarde — Sexta-feira, 29 de maio de 1987

Cid Teixeira

Outros que escrevam ou digam do professor doutor Fernando José de São Paulo em sua erudição, em sua ciência médica, em sua pedagogia. Seus alunos e os professores seus contemporâneos que falem das excelências da sua cátedra na Faculdade de Medicina.

O que ponho, agora, no papel é matéria rigorosamente pessoal. Por isto mesmo, tenho todas as dúvidas sobre a pertinência de texto tão subjetivo e intimista na hora em que instituições públicas comemoram o centenário do nascimento do médico e professor.

Dois jovens, no começo do século, se conheceram na convergência de um interesse comum, embora estivessem, no modo de ser, tão distantes um do outro quanto a água do vinho.

Um deles, urbano de Salvador, empregado no comércio, querendo ser caixeiro viajante e, daí, estabelecer-se com firma própria. Cumpriu todas as etapas. E era um dionisíaco aos extremos. Amou a vida e amou na vida, até o final. Era meu pai.

O outro, sertanejo, de Santa Bárbara, estudante de Medicina, querendo ser clínico, e, um dia, professor da Faculdade do Terreiro. Cumpriu todas as etapas. E era um ascético, um contido que chegava aos limites monásticos. Era Fernando de São Paulo.

Em ambos, um pendor comum que a vida se encarregou de sufocar com o muito que lhes deu a fazer, o gosto pelo desenho, pelas artes plásticas.

Aquelas duas personalidades díspares se conheceram nas salas (mais tarde tão da minha intimidade) da Escola de Belas Artes, da Rua do Tijolo. Lá, entre outros professores, Lopes Rodrigues e Oséas Santos ensinavam os mistérios de colocar no papel e na tela o traço e a emoção. Tudo muito francês: papel "canson", tintas "Le Franc", bastões de "fusain" e modelos de gesso que eram cópias diretas da estatutária do Louvre.

Para aulas a caixeiros que moravam no Monturinho de São Bento, ou estudantes que, em alguma pensão, pudessem curtir as saudades do rural de Santa Bárbara.

Os dois amigos faziam estudos sobre pés. O dionisíaco veria pé-forma, o suporte físico (ou metafísico...) de um corpo feminino, o amigo ascético veria o pé-anatomia: músculos, nervos, ligamentos. Quem sabe, sonhava chegar à perfeição dos desenhos que ilustram a Anatomia Descritiva de Testut.

Os dois amigos eram opostos. E, porque opostos, se completavam. E, porque se completavam, foram amigos a vida inteira e depois dela.

Outro momento vivido, em comum, pelos dois, ainda mais soldou-lhes a amizade: a história do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, naquela casa que fora dos padres lazaristas, no alto da Ladeira da Fonte das Pedras, depois de ter sido no Largo da Cruz do Pascoal, ainda está para ser escrita. Queira Deus que não seja por alguma ex-aluna só de boa memória, que se limite à enumeração de episódios vividos em classe; nem por alguém que não passe da reunião de documentos, de fastidiosas listas de matrículas. Que aquele colégio mereça, para lhe contar a vida, alguém que tenha na devida alta conta o imenso trabalho de integração comunitária desenvolvido pela realmente grande educadora que foi Anírsia Santiago.

Na década de 20 até a de 30, um homem bem situado econômica e socialmente ter uma "outra" com filhos e filhas era fato constante. Chegava a ser, mesmo, uma espécie de demonstração de "status" na vida baiana. Tudo, é claro, solene e hipocritamente ignorado pela família oficial, com todos os reflexos nos filhos e nas filhas havidos das uniões paralelas. Era a mesma sociedade — tanto na capital quanto no interior — em que, se uma filha ou irmã, na família oficial, dava um "mau passo" era, sem remissão, execrada, posta para fora da casa, "morta para todos", com detalhes ostensivos de luto na parentela.

Anírsia Santiago, por caminhos e conjunturas independentes, era amiga de Fernando de São Paulo e de José Teixeira. O que estes três, juntos, fizeram pela assistência e pela integração social de envolvidos e envolvidas em tais discriminações poderia, com óbvia ausência da nomenclatura dos "dramatis personae", constituir capítulo menos de louvor às suas memórias do que de exemplo de ação fronteiriça à evangélica, crescida em importância pelo fato de serem, os dois amigos, ao tempo, agnósticos.

Quando nasci, o padrinho natural já existia: meu padrinho Fernando. Chamei-o sempre assim. Assim o vi toda a vida.

Um dia, fui apresentado à morte. Pessoalmente. Na pessoa do meu pai. Estava eu na idade em que morrer é coisa que só acontece aos maus das histórias e aos bichos do quintal. E aquele homem que, mais do que ninguém, amou a vida, estava morrendo na minha vista. Estava morto. Pouca gente perto. Fernando de São Paulo junto. Tenho o pudor — o terror, diria melhor — da pieguice. Só digo que, em meio à perplexidade apavorada em que me encontrava, vi (ainda vejo) Fernando de São Paulo me estendendo a mão e dizendo, adulto e contido, uma só frase: "Sou seu amigo".

Dali em diante, muitos e variados foram os caminhos e os atalhos da vida. A simples afeição, ou algum impaludismo mal curado que se chegava ao fígado ou gripe teimosa, com previsões de piora, levaram-me muitas vezes ao consultório da Rua da Misericórdia. A frase na entrada e na saída era sempre a mesma, agora já replicada por mim em igual tom: "Sou seu amigo".

Fernando de São Paulo continuou ascético, quase monástico. Eu era um jovem, filho de pai dionisíaco e não tinha como nem por que ser falso à herança. Discordávamos. Discordamos. O que não impedia a amizade dele, nem a amizade e a admiração minhas. E sempre a mesma frase: "Sou seu amigo".

Os trabalhos de ampliação das pesquisas sobre Medicina popular que acresceriam o texto da segunda edição (que não viu) do seu clássico sobre o assunto, o esforço para sensibilizar editores que colocassem ao alcance de todos os pioneirismos seicentistas de Willem Piso e Georg Marcgraf já encontraram Fernando de São Paulo conversando com o afilhado jovem já envolvido com coisas da História. E foram muitas, muitíssimas, as conversas em que tanto aprendi. Conversas que começavam e terminavam, sempre, com a mesma frase.

Um dia — na última vez que nos vimos — estendi-lhe a mão e foi a minha vez de tomar a iniciativa: "Sou seu amigo". Do fundo de uma consciência que se esvanecia na sua capacidade do comando de si mesma, ainda vejo o mesmo olhar de sempre, o mesmo sorriso contido de sempre.

E tudo isto registro, discutindo o cabimento de fazê-lo em meio às homenagens formais que são prestadas à figura do professor doutor Fernando José de São Paulo, catedrático de Terapêutica Clínica da Faculdade de Medicina da Bahia.

DEPOIMENTO

Euclides Neto

A Bahia orgulhava-se então de uma aristocracia intelectual médica que manejava o bisturi, a lâmina do microscópio, o estetoscópio e a palavra com a sabedoria dos luminares. Profundo humanismo fazia parte do cotidiano nos anfiteatros. Dava bom toque o conhecimento do grego, das literaturas, das discussões filosóficas na Escola do Terreiro de Jesus. Os lentes de Medicina distinguiram-se dos outros mortais, eram apontados nas ruas, viraram placas e bronzes nas praças. O castigo enobrecia as teses médicas e os artigos das revistas especializadas de muitos mares. Escrevia-se em latim por diletantismo, disse-me um dia Giovanni Guimarães, jornalista-médico, e eu menino da roça, deslumbrado com a Corte. Os discentes estrugiam em palmas delirantes, após as aulas proferidas pelos deuses do Olimpo, oradores à Vieira, lapidados ao usarem o verbo no ensino da ciência médica, sem uma esquirola de descuido quanto ao vernáculo. Quantas vezes saímos da escola de Direito para ouvir Estácio de Lima e Aristides Novis! Tempos de Prado Valadares, Leôncio Pinto. Ares de Clementino Fraga, Alfredo Brito. Fernando José de São Paulo, um deles. Levava o Raio-X na ponta das falanges, enxergando as entranhas do organismo à simples percussão. A oíça, visão e o olfato, hoje atrofiados no médico, substituíam os computadorizados —

às vezes, mais mercantilistas que necessários. Deus me perdoe, jejuno que sou em tais assuntos. Versado em clássicos, preparava o "Linguagem Médica Popular no Brasil", dicionário de muito fôlego, súpula de saber, amor e saudade pelas práticas do sertão, sua cepa, ao tempo em que se aprofundava na Terapêutica Clínica. Parceiro de Silva Melo na análise da verdade empírica interiorana. Cultuava a Medicina como um fanático, ali na Rua da Misericórdia, local nobre à época, onde preenchia enormes fichas de acompanhamento aos doentes — precioso documentário de Clínica Médica, que deve ser preservado. A largueza de conhecimentos em quase todas as áreas permitia que nos brindasse com aulas, solicitadas ao acaso, sobre, por exemplo, o alcoolismo e suas implicações na fisiologia, psiquê e descendência do criminoso, já que estudávamos Direito — eu e seu filho Ângelo São Paulo, também de sempre dolorosa saudade. Estou a ver o mestre, baixo, testa avançada, olhos percucientes, atento no traje até na intimidade da sua biblioteca, cabelos repartidos e penteados na justeza do esmero, roupa clara, espigado, ligeiro, sóbrio à mesa, afirmando que a gulodice matava mais que a fome, riso contido, examinando o discente que éramos nós todos os da sua convivência. Polido no trato. Valente, ao enfrentar as proposições contrárias ao seu convencimento. Como vivia entre grandes, enormes eram as disputas pelos largos espaços. Por vezes, duro, sarcástico na defesa.

Acolheu-me muitas vezes, carinhosamente, na aristocrática mansão do Bairro da Graça. Aprovava, delicado, quando dona Edith, sua esposa, tabaroca na origem e na doçura, assentava os cabelos, combinava e trocava as meias, arrumava o laço da gravata, reforçava a merenda e o prato do colega do filho, egresso das matas de Ipiatú e morando em água-furtada no fim da ladeira do Sodré, lá embaixo, longe da família.

Católico contrito, concluiu suas horas na venerável Ordem Terceira de São Francisco, a quem tanto servira, como um monge.

Ali ainda o visitei muitas vezes, já desbotada a sua memória prodigiosa, desestruturada a inteligência, que tanto aprendera e ensinara. De quando em quando, no entanto, acendia-se a luz da lembrança, e ele retornava da penumbra lílãs, já no umbral da eternidade.

FERNANDO DE SÃO PAULO

A Tarde — Sexta-feira, 29 de maio de 1987
Ruy Simões

Nos idos de 40, o sexteto já estava formado: e três estudantes de Engenharia — Carlos Pinto Soares, Luiz Carlos Araújo e Manoel Leone; três estudantes de Direito: Talma Reis, Euclides Netto e Ângelo de São Paulo. Embora tardio e estudante torto, tive excelente acolhida.

Reuniamos-nos aqui, ali e acolá. A sede era na Graça, onde construíram o Ed. Maria Flora, preservando a mangueira da frente. Conforme o horário, entrávamos pela Avenida Euclides da Cunha ou pela Rua da Paz. Em dias especiais, safamos pelo fundo, lotando o "Oldsmobile" preto. Fosse onde fôssemos, cumpriamos um salutar programa boêmio. Até na casa do professor; leitura de

poemas, por um em voz alta. Tagore era o predileto. Estes recitais tinham fundo musical, com Ângelo ao piano, improvisando!

Assim conheci, pessoalmente, Fernando de São Paulo, em seu próprio lar. Dele e de D. Edith recebi atenções, mereci estima — cativado. Vi Fernanda, menina e moça encantadora. Também Sylvio, duas vezes apenas: oficial-médico, condecorado pela U. S. Army, fascinante. De Ângelo tornei-me fraterno até sua morte, prematura, mesmo posterior à dos *fratelli* Diniz Carliro e C. Pinto. Fiéis ao culto da irmandade, ficamos Manã, T. Reis, Majorzinho e eu.

Do professor São Paulo conservo lembranças inesquecíveis: sua presença frenava minha vontade de fumar; impôs-me a reconciliação com legumes e verduras; exigiu-me a leitura de seus clássicos prediletos; transmutou em mania minha fobia por dicionários!

No evento do seu centenário, devo falar dele, sobretudo em razões impessoais. E começo usando uma metáfora antiga: às jóias mais ricas, escríbios; como as mais finas essências, recipientes pequeninos.

Tal qual o professor Fernando de São Paulo.

Dir-se-á que também os mais virulentos venenos são guardados em frascos pequenos. Concordo e ratifico: tal qual o professor Fernando de São Paulo.

Vou mais adiante e afirmo: ele foi a estricnina da Faculdade de Medicina...

Entendam-me: em função da dosagem, a estricnina pode excitar e pode matar. Com efeito, o professor São Paulo soube tomar ótimos os bons alunos; bons, os regulares; regulares, os ruins; e matou os péssimos... fazendo um bem à Medicina; tomando mais honorável sua faculdade; livrando os doentes de portadores de diplomas. Tanto é que se tornou nome nacional; credor do reconhecimento discente; consagrado emérito pelos docentes; imortal como apóstolo do ensino médico.

Aluno algum passou em Terapêutica, seu Evangelho, sem conhecer capítulos e versículos. Suas provas e arguições, meticolosas, eram cobranças rigorosas do que ensinara, com proficiência e assiduidade ímpares. Como se tornou proverbial, sorteado o ponto, apresentado o caso, cabia ao aluno: caracterizar a doença inclusive indicando a etiologia e formular duas receitas — uma para doente rico, a outra para doente pobre. Ambas bem explicadas e melhor dosadas. Óbvio, passar por média em Terapêutica era raro, verdadeiro galardão; passar nos exames oral e prático, uma vitória, atestado de idoneidade médica. Cair na 2ª época não envergonhava ninguém, porque a aprovação seria um aval. Ficar de *pé-quebrado* poderia ser inusitado em outras matérias, mas era comum em Terapêutica!

Esta, uma das grandezas do professor São Paulo. Outra, no consultório; sempre cheio, que não o enriqueceu. O médico era tão exato e ético quanto o mestre. Na Rua da Misericórdia, no hospital, ou em São Gonçalo dos Campos jamais discriminava no atendimento, embora discriminasse nos honorários, tantas vezes dispensados, tantas vezes parcelados, até mesmo esquecidos...

Foi também um purista e deixou, fina ironia, um alentado trabalho sobre impurezas e impropriedades da linguagem; glossário de expressões populares regionais relacionadas à Medicina!

Homem de fé e de fervor — católico apostólico romano.

Em nosso último encontro, conversamos bem menos que nos anteriores. Trouxe para casa uma certeza e uma tristeza: ele não me reconheceu. Como terapêutica, fui rere ler sua renúncia à Academia de Letras da Bahia: um momento ontológico; uma página de antologia; uma lição de deontologia. E o revê, como agora o revejo: grandioso!

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, designando para a sessão ordinária a realizar-se na próxima segunda-feira a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 42, de 1987, que autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso a ratificar a alienação de terras de que trata o processo INCRA/PF Corumbá nº 763/75, de interesse do Sr. Horácio Sabino Coimbra, tendo

PARECER ORAL FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 56, de 1987, que autoriza o Governo do Estado de Rondônia a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 150.000,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN, tendo

PARECER ORAL FAVORÁVEL, proferido em Plenário.

— 3 —

Votação, em turno único, do Requerimento nº 64, de 1987, de autoria dos Senadores Itamar Franco e Jamil Haddad, solicitando, nos termos do art. 239, inciso I, alínea b, do Regimento Interno, informações junto ao Poder Executivo, com o objetivo de instruir o estudo do Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 1984.

— 4 —

Mensagem nº 439, de 1986 (nº 606/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Santa Bárbara D'Oeste, Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 15.455,00 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de Parecer.)

— 5 —

Mensagem nº 491, de 1986 (nº 698/86, na origem), relativa à proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Capanema, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor correspondente a Cr\$ 4.256.000,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e seis mil cruzados). (Dependendo de Parecer.)

— 6 —

Mensagem nº 515, de 1986 (nº 760/86, na origem), relativa a proposta para que seja autorizada a Prefeitura Municipal de Anastácio, Estado do Mato Grosso do Sul, a contratar operação de crédito no valor correspondente, em cruzados, a 9.117,74 Obrigações do Tesouro Nacional — OTN. (Dependendo de Parecer.)

— 7 —

Ofício nº S/9, de 1987 (nº 230/87, na origem), relativo a proposta para que seja retificada a Resolução nº 335, de 1986, que autorizou a Prefeitura Municipal de Umuarama, Estado do Paraná, a contratar operação de crédito no valor correspondente a 502.056 UPC. (Dependendo de Parecer.)

— 8 —

Discussão, em turno único, do parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 33, de 1987 (nº 828/86, na origem), de 24 de dezembro de 1986, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Jayme Villa-Lobos, Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República gabonesa.

— 9 —

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem nº 51, de 1987 (nº 61/87, na origem), de 17 de março do corrente ano, pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Moacyr Moreira Martins Ferreira, Ministro de Segunda Classe, da carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Coreia.

O SR. PRESIDENTE (Francisco Rollemberg) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 35 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. VIRGÍLIO TÁVORA NA SESSÃO DE 1-6-87 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. VIRGÍLIO TÁVORA (PDS — CE. Para discutir.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Quando da discussão dessa Resolução nº 1/87 — e aí está à direita de V. Ex.º o Senador Meira Filho, que deve estar bem recordado — em nome do nosso Partido, nosso voto foi apenas uma palavra que encerrava um pedido de explicação:

“Por quê”? Por que justamente iríamos nós nos despojar de nossas atribuições e ficar aqui parados apenas aprovando as mensagens governamentais? O PDS não mudou de pensamento; ele vai votar favoravelmente ao substitutivo apresentado pelo eminente Senador Alfredo Campos — mal menor —, mas continua defendendo o princípio de que essas restrições aos projetos dos parlamentares não se justificam.

Esta é a nossa opinião, esse é o nosso voto. (Muito bem!)

ATO DO PRESIDENTE Nº 140, de 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, e tendo em vista o que consta dos Processos 008169/87-3, 008152/87-0, 008138/87-7 e 008137/87-0, resolve tomar sem efeito a nomeação de José Oliveira Anunciação, Sérgio Soares de Oliveira, Neusa Regina Lucena Galvão e Paulo Domingos Pinho dos Santos, para o cargo de Taquígrafo Legislativo, Classe “a”, Referência NS-7, do Quadro Permanente do Senado Federal, constante do Ato desta Presidência nº 109, de 1987.

Senado Federal, 3 de junho de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 141, de 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38, e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve tornar sem efeito a nomeação de Mircel de Souza Simão para o cargo de Taquígrafo Legislativo, Classe “a”, Referência NS-7, do Quadro Permanente do Senado Federal, constante do Ato desta Presidência nº 115, de 1987.

Senado Federal, 3 de junho de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 142, de 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve tomar sem efeito a autorização para a contratação de Jacob Barreto de Sales, Eduardo Ferreira Neto, Momaiacy Vieira Guimarães Scafuto e Maria Ribamar Alves Soares, para o emprego de Datilógrafo, Classe “b”, Referência NM-21, do Quadro de Pessoal CLT, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, constante do Ato desta Presidência nº 121, de 1987.

Senado Federal, 3 de junho de 1987. — Senador **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 143, de 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve nomear Irma Chaves

Dumiense de Souza, Maria Andreia Arruda Portinho Simão, Marlene Duarte Serpa, Jacirene Carvalho de Oliveira Santana e Olinda Elisa Gomes Brasileiro, para o cargo de Taquígrafo Legislativo, Classe “A”, Referência NS-7, do Quadro Permanente do Senado Federal, em virtude de aprovação em concurso público homologado em 24-3-87 e publicado no **Diário Oficial** da União de 26-3-87.

Senado Federal, 3 de junho de 1987. — **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

ATO DO PRESIDENTE Nº 144, de 1987

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 52, item 38 e 97, inciso IV, do Regimento Interno e de conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 2, de 1973, resolve autorizar a contratação de Maria de Fátima Rosa Ribeiro, Ubirajara Vicente da Silva, José Carlos de Matos e Denise Maria Vasconcelos Nunes Pereira, aprovados em concurso público, homologado em 26-2-85 e publicado no **Diário Oficial**, dSeção I, de 15-3-85, para o emprego de Datilógrafo, Classe “B”, Referência NM-21, do Quadro de Pessoal CLT, sob o regime jurídico da Consolidação das Leis do Trabalho e do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

Senado Federal, 3 de junho de 1987. — **Humberto Lucena**, Presidente do Senado Federal.

PORTARIA

Nº 14, de 1987

(Do Primeiro-Secretário)

O Primeiro-Secretário do Senado, no uso de suas atribuições regimentais e nos termos do disposto no art. 5º do Ato nº 152, de 1985, do Senhor Presidente do Senado Federal, resolve:

Art. 1º Designar os servidores Paula Cunha Canto de Miranda, Esdras Neves de Almeida, Eduardo Jorge Caldas Pereira, José de Ribamar Duarte Mourão e José Jabre Baroud, para, sob a Presidência da primeira, comporem o Grupo Especial de Trabalho destinado a promover avaliações específicas sobre a política de pessoal do Senado Federal.

Art. 2º A Comissão ora constituída deverá apresentar suas conclusões no prazo de noventa dias contados da publicação deste Ato.

Senado Federal, 1º de junho de 1987. — **Jutahy Magalhães**, Primeiro-Secretário.

PORTARIA Nº 18/87

(Do Diretor-Geral)

O Diretor-Geral do Senado Federal, usando das atribuições que lhe confere o Regulamento Administrativo (Resolução nº 58/72), e

Considerando o grande número de acidentes de trânsito envolvendo veículos oficiais do Senado Federal, nos fins de semana;

Considerando o número excessivo desses veículos que transitam fora do expediente normal;

Considerando a necessidade de coibir usos indevidos desses autos;

Resolve:

Art. 1º Os automóveis que servem aos Senhores Senadores e Diretores devem ser recolhidos ao Serviço de Transportes, às sextas-feiras, após a liberação pelos respectivos titulares.

Art. 2º O titular do automóvel notificará, por escrito, o Serviço de Transportes, sempre que houver necessidade do uso dos mesmos aos sábados, domingos e feriados.

Art. 3º O motorista, condutor do veículo, ficará sujeito às sanções disciplinares capituladas no artigo 463 do Regulamento Administrativo (Resolução nº 58/72), pela inobservância desta Portaria,

sem prejuízo das disposições legais aplicáveis à espécie.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 1º de junho de 1987. — **José Passos Pôrto**, Diretor-Geral.